



Educação de
JOVENS e ADULTOS e
POLÍTICAS PÚBLICAS
em tempos de pandemia:
uma análise com base nos
relatos dos estudantes

Roberto Clemente Botelho

**Educação de jovens e
adultos e políticas públicas
em tempos de pandemia:
uma análise com base nos
relatos dos estudantes**

Roberto Clemente Botelho

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autor

Roberto Clemente Botelho

Capa

AYA Editora

Revisão

O Autor

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva

Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

*Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus
Pauapebas*

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda
Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

© 2023 - AYA Editora - O conteúdo deste Livro foi enviado pelo autor para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (CC BY 4.0). As ilustrações e demais informações contidas neste Livro, bem como as opiniões nele emitidas são de inteira responsabilidade de seu autor e não representam necessariamente a opinião desta editora.

B748 Botelho, Roberto Clemente
Educação de jovens e adultos e políticas públicas em tempos de
pandemia: uma análise com base nos relatos dos estudantes [recurso
eletrônico]. / Roberto Clemente Botelho. -- Ponta Grossa: Aya, 2023. 86 p.

Inclui biografia
Inclui índice
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN: 978-65-5379-174-9
DOI: 10.47573/aya.5379.1.95

1. Educação. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Serviço social escolar.
4. Comunidade e escola. I. Título

CDD: 374

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

**International Scientific Journals Publicações
de Periódicos e Editora EIRELI**

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	8
APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	14
OBJETIVOS, SUJEITOS E METODOLOGIA DE PESQUISA.....	18
Objetivos	18
Objetivo geral	18
Objetivos específicos	18
Sujeitos da pesquisa.....	19
Metodologia	19
Caminhos metodológicos da pesquisa	20
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	24
Conceituação	24
Breve histórico da EJA.....	24
A operacionalização da EJA	35
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	38
Direitos sociais: educação e participação política.....	38
Desigualdade social e justiça.....	40
Segurança e violência.....	46
ANÁLISE DA EJA EM TEMPOS DE PANDEMIAS	48
A PESQUISA DE CAMPO	53

Apresentação das discussões	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICE I.....	65
Quantidade de informantes por categoria.....	65
APÊNDICE II.....	66
Resumo baseado nas conversas com cada aluno	66
APÊNDICE III.....	72
Transcrição das entrevistas	72
AGRADECIMENTOS.....	81
SOBRE O AUTOR	82
ÍNDICE REMISSIVO	83

Prefácio

A pesquisa realizou uma análise das políticas públicas com os estudantes da educação de jovens e adultos (EJA), em tempos de pandemia de uma escola municipal de Vila Velha, durante o primeiro semestre de 2022, conduzida por uma abordagem metodológica com o cotidiano das escolas, pela possibilidade de inserção no contexto escolar, na intercessão de troca de experiências sobre o que é vivido e experimentado, principalmente por tratar de uma análise circunscrita a um momento final de quarentena global da COVID-19.

Este trabalho também tem como objetivo compreender a maneira como os estudantes atribuem significados às seguintes categorias de análise de participação política: justiça, desigualdade, direitos sociais, segurança e violência; e como tais categorias se encontram aliadas aos seus contextos de vida e aos possíveis efeitos da pandemia da COVID-19. A relevância desta pesquisa se dá principalmente por tratar de uma análise circunscrita a um momento final de quarentena global. Assim, as respostas proferidas pelos interlocutores e pelas interlocutoras através da utilização de questionário semiestruturado serão utilizadas para analisar se ou de que forma a EJA foi afetada pela pandemia da Covid-19, sobretudo, em relação às dificuldades enfrentadas pelos estudantes no acesso à informação, às tecnologias das plataformas e à sua própria formação e participação política.

O inquérito partirá de questões como: A pandemia agravou o acesso à informação e à comunicação por parte desses estudantes? As tecnologias digitais viabilizaram ou dificultaram o acesso à comunicação necessária ao processo formativo na EJA? O presente trabalho se pauta na hipótese de que o processo de ensino e aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos pode ter sido comprometido pela quarentena global, ocorrida durante a pandemia, o que dificultou ou até mesmo impossibilitou o acesso dos alunos às plataformas utilizadas em aula.

Roberto Clemente Botelho

APRESENTAÇÃO

A pesquisa apresentada buscou investigar dificuldades encontradas por alunos e alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no acesso e conhecimento acerca do funcionamento das plataformas digitais utilizadas no processo de ensino e aprendizagem no contexto da quarentena global promovida pela pandemia da Covid-19. Além disso, a investigação também buscou compreender, através de uma abordagem metodológica de inspiração etnográfica, o entendimento desses sujeitos sobre justiça, desigualdade, direitos sociais, segurança e violência.

A proposta voltada para o desenvolvimento de uma pesquisa com alunos e alunas da EJA aconteceu de forma inesperada, pois o projeto de pesquisa inicialmente apresentado na seleção discente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSEG) da Universidade Vila Velha (UVV) tratava-se de um estudo teórico sobre punição, sistema de justiça criminal e abolicionismo penal. Contudo, após o meu orientador - o professor Dr. Pablo Ornelas Rosa - e eu definirmos a professora Dra. Maria Riziane Costa Prates como co-orientadora, e termos agendado uma conversa com ela sobre possíveis caminhos para a elaboração de um desenho de pesquisa, acabei conhecendo e me encantando com os estudos desta pesquisadora sobre a EJA. Isso me levou a pensar na possibilidade de mudar o objeto e o método da pesquisa, o aconteceu em seguida, juntamente com o pronto aceite da professora para me co-orientar.

Logo, na primeira reunião com o meu orientador e a minha co-orientadora, já enfatizei o meu interesse em desenvolver um novo estudo, isto é, um projeto de pesquisa que visasse compreender os desafios encontrados por tal perfil de alunos e de alunas em relação ao enfrentamento de possíveis problemas encontrados no processo de comunicação entre docentes e discentes e no acesso à informação no contexto da pandemia da covid-19. Também fiquei um tanto quanto curioso para saber o que estas e estes discentes compreendem por justiça, desigualdade, direitos sociais, segurança e violência, tendo em vista o contexto de polarização política que ocorre concomitantemente a esta quarentena de proporções globais.

Possivelmente o (re)encantamento com essa modalidade pedagógica tenha ocorrido em decorrência das lembranças que guardo da época em que fiz o supletivo, deparando-me com um público que imagino ser semelhante ao que encontrarei na pesquisa de campo proposta, que acontecerá no período noturno de uma escola no município de Vila Velha/ES destinadas à EJA.

Recordo-me dos desafios e das diversas dificuldades que enfrentei quando ingressei na Marinha do Brasil. Na época, também era estudante do supletivo e a minha atuação profissional muitas vezes me impedia de fazer provas, justamente porque viajava muito a trabalho. Muitas vezes, nos dias das provas (que, à época, eram presenciais), eu me encontrava aportando em diferentes locais do país, tais como Bahia, Recife, Santos, dentre outros, retornando com o navio à base no Rio de Janeiro somente após o período avaliativo da escola.

Hoje sou militar e advogado militante. Contudo, eu só acessei o ensino superior justamente após cursar a EJA – daí a importância desta pesquisa na minha vida, para além do campo acadêmico. Tudo isso me traz lembranças diversas dos desafios que tive que enfrentar para ter acesso à educação. Dentre elas, pesadas horas de serviço, muitas vezes ficando noites inteiras acordado após retornar do colégio.

Quando me encontrava embarcado, ficava tudo mais difícil, pois o serviço no navio era dividido em regime de prontidão ou regime de viagem, o que produzia uma sobrecarga de horas de viagem ou, quando aportado, de horas de serviço em terra. As viagens consistiam sempre em patrulhamento das águas brasileiras em territórios previamente delimitados: no Sul, os portos do Rio Grande e de Florianópolis; no Sudeste, os portos do Espírito Santo e de Santos; e, no Norte e no Nordeste, os estados da Bahia, de Alagoas, do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco.

Contudo, após ingressar como militar do quadro de Veteranos da Marinha de Guerra fiz alguns cursinhos para passar o tempo, o que me proporcionou o retorno ao gosto pelo estudo. Sem dúvida, comecei pelo que achei de maior facilidade: um curso de pedreiro no Senai, instituição próxima de minha casa em Vila Velha. Os cursos do SENAI eram rápidos (com duração de 2 até 3 meses). Todavia, após o encerramento desta fase da minha vida,

ingressei no curso da graduação em Direito, quando no 4º período acabei me deparando com o falecimento da minha esposa, algo que me afetou profundamente.

Após me tornar advogado, fundei meu escritório e assim cursei várias pós-graduações, dentre elas, Direito Penal e Processo Penal, Família e Sucessões, Direito Previdenciário e Processo Previdenciário, Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Segurança Pública e Ciências Criminais. Atualmente, encontro-me matriculado no programa de mestrado profissional em Segurança Pública na UVV.

Um dos aspectos que mais me interessa nesta pesquisa com alunos e alunas da EJA é justamente a questão acerca da situação daqueles e daquelas que possuem uma carga de trabalho intensa e que, mesmo encontrando enormes dificuldades para poder estudar, retornam diariamente à sala de aula com o objetivo de concluir o curso da EJA. Não obstante, acho importante ressaltar que o meu interesse nesta pesquisa possivelmente se deve ao fato de ser negro, viúvo, pai, avô, nascido em 29 de maio de 1960 e de ter conseguido, através da EJA, ingressar no ensino superior, galgando melhores condições de vida.

Vale destacar, como explica Freire (1999), sobre a prática na liberdade da educação:

O tema da educação como afirmação da liberdade tem antigas ressonâncias, anteriores mesmo ao pensamento libel. Persiste desde os gregos como uma das idéias mais caras ao humanismo ocidental e encontra-se amplamente incorporado a várias correntes da pedagogia moderna. Não obstante, este ensaio guarda sua singularidade. Aqui a idéia da liberdade não aparece apenas como conceito ou como aspiração humana, mas também interessa, e fundamentalmente, em seu modo de instauração histórica. Paulo Freire diz com clareza: educação como prática da liberdade. Trata-se, como veremos, menos de um axioma pedagógico que de um desafio da história presente. Quando alguém diz que a educação é afirmação da liberdade e toma as palavras a sério — isto é, quando as toma por sua significação real — se obriga, neste mesmo momento, a reconhecer o fato da opressão, do mesmo modo que a luta pela libertação. (FREIRE, 1997, p. 6).

Sendo assim, a investigação proposta teve início com uma pesquisa bibliográfica sobre a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. O estudo visou à apresentação de um breve histórico sobre a institucionalização desta modalidade de ensino no Brasil, evidenciando não só os seus diferentes momentos, mas também os seus principais desafios no processo de consolidação. Ao discorrer sobre a trajetória histórica da EJA, Osmar Fávelo

(2011, p. 365-392) pontua que:

Historicamente foi o primeiro trabalho sobre educação de adultos no Brasil, apresentado como tese de concurso para técnico de educação do Ministério de educação e Saúde (MES), em 1938, tomando como base as experiências realizadas pelos países desenvolvidos a exemplo da Inglaterra, França, Estados Unidos, após o final da 1ª Grande Guerra Mundial (1914-1918).

Portanto, foi por meio de uma análise histórica, pautada tanto em documentos quanto em livros e artigos científicos publicados sobre este assunto, que a primeira etapa da pesquisa foi desenvolvida. Após compreender o processo de institucionalização da EJA no Brasil, passei para a fase seguinte da pesquisa: o desenvolvimento do trabalho de campo em uma escola municipal de Vila Velha/ES – que, por questões éticas (a exemplo de Norbert Elias e John L. Scotson, no livro “Os Estabelecidos e os Outsiders”), recebeu o nome fictício de “Saturno”. Além disso, atribuímos números aos entrevistados (entrevistado 01, entrevistado 02, etc.), o que permitiu formar um raciocínio da situação social, a partir do cotidiano desses discentes, preservando, por questões éticas, a identidade desses sujeitos.

A proposta de atuar no ensino deste público foi uma dentre as atividades pedagógicas elencadas para esta pesquisa. Esse segundo momento da investigação se deu a partir do uso dos estudos do cotidiano e da Educação, método de pesquisa desenvolvido a partir de Certeau (1998). Este autor (idem) advoga que tal abordagem metodológica de pesquisa tem se tornado frequente, por permitir ao pesquisador um encontro com os sujeitos da pesquisa, por meio das histórias contadas pelos envolvidos. Interagimos assim com os alunos e as alunas da EJA, com o intuito de verificar se eles, de fato, enfrentaram desafios para conseguir acompanhar as aulas e de identificar quais foram os principais problemas enfrentados.

Além disso, como o hodierno cenário político brasileiro encontra-se plenamente caracterizado pela polarização política – fenômeno cujos motivos têm me despertado grande interesse –, também buscamos compreender o que os alunos e as alunas da EJA, que frequentam a escola municipal de Vila Velha/ES, na qual foi realizado o trabalho de campo, entendem por justiça, desigualdade, direitos sociais, segurança e violência. Esta parte da pesquisa se alinha à visão de Paulo Freire (2014), no que tange à sua teoria política e da educação (ou, como ele mesmo prefere dizer, uma certa “compreensão ético-crítico-política

da educação”, como uma forma de conscientizar e objetivar a formação dos cidadãos das práxis progressistas, transformadoras da ordem social, econômica e política injusta.

Assim sendo, com Bobbio (2003), advogamos que os interesses de determinadas pessoas ou de determinados grupos acerca de algumas categorias de análise (democracia, justiça, igualdade, etc.) se pautam em lançar um estigma sobre outro, já que “Poder é a capacidade de um sujeito influir, condicionar e determinar o comportamento de outro indivíduo” (BOBBIO, 2003. p.139). Esses embates estão na base da sociodinâmica da estigmatização – e que, por isso, merecem atenção na presente pesquisa.

Fundamentou-se a pesquisa a partir dos apontamentos sobre os processos cotidianos com base em Michel de Certeau (1998), sobre a valorização do senso comum e das narrativas dos alunos segundo Paulo Freire (2014), sobre a história da EJA e a educação como prática da liberdade e política e educação a partir de Freire (1999, 2014) e sobre democracia e justiça social a partir de Osmar Fávero (2001) e Norberto Bobbio (1990, 1996, 1997, 1998, 2000, 2003, 2004).

Com Michel de Certeau, (1998), desenvolvemos uma abordagem metodológica de pesquisa sobre os sujeitos praticantes, dentro de um esquema transcrito na obra “A invenção do cotidiano”, uma vez que ela permite ao pesquisador um encontro com os sujeitos da pesquisa, por meio das histórias contadas pelos envolvidos. No caso da presente pesquisa, os encontros com estes agentes aconteceram apenas no espaço escolar e em um número limitado de vezes.

INTRODUÇÃO

Hoje em dia, com as mudanças na historiografia em relação à família, aos jovens e até mesmo aos adultos e a educação, particularmente depois da pandemia global, iniciamos assim, destacando a contribuição dos projetos de inserção digital se tem que o projeto da EJA que tornaram-se objeto de reflexão, visto que a pandemia produziu uma mudança de visão histórica da educação.

Neste sentido, constata-se, com alegria, que os temas da história da cultura escolar e da história da alfabetização têm sido objeto da preocupação mais recente dos pesquisadores, a começar por fatores que englobam as dimensões e a abertura do ouvir. O lugar de fala é importante, visto que ele nos ajuda a traduzir a discussão dos afetos e se autorizar sentir as emoções de forma que se permita identificar o que nos sufoca.

A pesquisa aponta que é importante ressaltar que os estudantes da EJA possuem uma carga de trabalho intensa, encontrando enormes dificuldades para poder estudar e, mesmo assim, retornam diariamente à sala de aula com o objetivo de concluir o seu curso, como uma maneira de recuperar o tempo perdido ou mesmo de se capacitar ao retorno diurno. Elenca-se também como intenção desta dissertação a compreensão acerca dos prejuízos na formação de discentes da EJA, no processo de ensino e aprendizagem no contexto caracterizado pela quarentena de proporção global decorrente da pandemia da Covid-19. Ao lado da preocupação em retratar a situação atual do ensino, introduzimos uma composição do cotidiano com os problemas dos sujeitos praticantes na escola, o que permite caracterizar uma situação encontrada no universo em miniatura da escola “Saturno” como preconceito, bullying, racismo intergrupar. etc..

A investigação também buscou compreender o entendimento desses discentes sobre justiça, desigualdade, direitos sociais, segurança e violência, tendo em vista o contexto de polarização política que ocorre concomitantemente a esta quarentena de proporções globais. Além disso, a proposta é voltada para saber até que ponto permitir acesso às plataformas digitais e ofertar internet é caracterizado como política pública educacional (ou alternativa para uma efetiva mudança no cenário educacional do Brasil); e para compreender os desafios encontrados por alunos e alunas da EJA, em relação ao

enfrentamento de possíveis problemas encontrados no processo de comunicação entre docentes e discentes e no acesso à informação no contexto da pandemia da covid-19.

A partir dos dados que as pessoas produziram, a pesquisa buscou saber se as políticas públicas na área da Educação, especialmente para a EJA (como projetos Brasil Alfabetizado, Pró-Jovem, Fazendo Escola, FUNDEB, etc.), que tiveram um viés voltado à erradicação do analfabetismo digital ou simplesmente com o propósito de entregar à escola ferramentas tecnológicas.

Fizemos, assim, uma análise da história da EJA, contada segundo os autores Osmar Fávero e Paulo Freire. Tarefa complexa essa que propus realizar, e de forma individual, ainda mais quando pretendo invocar os interlocutores de época para penetrar na escola pública e vê-la por dentro, em sua sala de aula, com seus alunos e mestres, em seu funcionamento diário. Cerca de 23 testemunhos servem para compreender a EJA, bem como para expor as dificuldades encontradas por alunos e alunas da EJA no período de pandemia global e de relaxamento de restrições. Para este fim, e por motivos éticos, utilizamos nomes fictícios (para a escola demos o nome “Saturno”, e para os alunos/alunas demos números).

O professor Paulo Freire (2014), autor do livro Educação como prática da Liberdade, nos adverte sobre: (i) a ingenuidade da defesa e da prática de uma educação que respeite no homem a sua ontológica vocação de ser sujeito; e (ii) a aceitação de forças, cujo interesse básico estava na alienação do homem e da sociedade brasileira e na manutenção desta alienação. Tal alienação se concretiza na forma de uma defasagem abismal entre o Ensino Regular e o ensino na EJA, tanto no que diz respeito à sua duração, quanto no aprofundamento de alguns conteúdos (uma vez que, na EJA, são repassados apenas conhecimentos básicos ao aluno). No entanto, a escolarização da EJA possui o amadurecimento desses estudantes, visto que eles trazem uma prática social que engloba experiências, saberes e responsabilidades (de família, de trabalho e da comunidade), o que justifica a concepção compensatória da EJA em favor de uma visão ampliada que ultrapasse os limites escolares.

Desta forma, assim como a erradicação do analfabetismo escrito, a erradicação do analfabetismo digital tem que ser uma realidade. Há alunos que têm celular, mas não têm

internet; enquanto outros têm internet, mas não têm computador. Outros tantos, por sua vez, têm computador e celular, mas não têm alfabetização digital; enquanto há quem tenha ainda o chamado capital cultural – uma forma de trazer de casa/da família o conhecimento superior ao que é fornecido na escola.

Aproveito para trazer a comparação feita pelo sociólogo Marcos Rolim entre o abandono escolar, como causa de maior número de homicídios, e o registro de casos de violência; com o ingresso de jovens no crime a partir de 16 anos de idade. Esta comparação foi fruto de um experimento inédito no país, em que este pesquisador entrevistou um grupo de jovens violentos de 16 a 20 anos que cumpriam pena na Fase (Fundação de Atendimento Socioeducativo) do Rio Grande do Sul; e constatou a formação de grupos violentos entre jovens com idades semelhantes, todos homens, pobres e criados na mesma região. Dentes estes, um grupo vira matador e outro vira trabalhador. Entre os que cumpriam pena, todos, sem exceção, tinham largado a escola entre 11 e 12 anos e davam motivos banais para esse abandono escolar: somos burros e não conseguimos aprender, ou a escola é “chata”; ou, ainda, o sapato furado era motivo de chacota. Também há uma constatação do número de apenas analfabetos que se utilizam da EJA para reparação do tempo não aproveitado na escola, como mostra a intrigante a fala do professor Daniel Cerqueira do Ipea do Rio de Janeiro em que ele apresenta o dado estatístico de que, para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola, a taxa de homicídio numa determinada localidade aumenta 2%.

Neste sentido, quando pesquiso sobre a EJA, vejo que não existe apenas uma caixinha especial de problemas ligados à Segurança Pública, mas, várias caixas com todo tipo de problema – seja social, seja político, seja familiar, seja cultural –; e que toda minoria de classe sofre enquanto não unir forças e não entender que a educação é um verdadeiro escudo contra a criminalidade. No entanto, cabe ao poder público promover ações no sentido de alcançar metas primordiais na educação, dentre elas a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar de base, a melhoria da qualidade do ensino e a promoção humanista, científica e tecnológica do país.

Sem dúvida, o fato de não saber ler e escrever ou de possuir baixa escolaridade

ainda é causa de constrangimentos e limitações que diferencia uma pessoa que sabe o que está na lei e a que acha que sabe, e, quando questionada, nem sequer tem noções gerais acerca dos conceitos de cidadania, democracia, justiça ou violência. Desta forma, a pesquisa proporciona relacionar estas categorias no contexto da segurança pública buscando saber acerca de pessoas que respeitam e que são respeitadas ligando a educação à segurança pública.

OBJETIVOS, SUJEITOS E METODOLOGIA DE PESQUISA

Objetivos

Objetivo geral

Compreender se, no contexto caracterizado pela quarentena de proporção global decorrente da pandemia da Covid-19, os estudantes da Educação de Jovens e Adultos enfrentaram dificuldades no processo de ensino e aprendizagem – e identificar tais dificuldades –, além de aliá-las aos sentidos atribuídos por estes estudantes às seguintes categorias de análise: justiça, desigualdade, direitos sociais, segurança e violência.

Objetivos específicos

- Compreender o processo de institucionalização da EJA;
- Averiguar, por meio de questionário, quais foram as ferramentas propostas pela escola no intuito de garantir a frequência e a permanência dos estudantes no contexto da quarentena decorrente do coronavírus, e quais foram os principais desafios no acesso às aulas pelos estudantes, bem como os contornos estabelecidos aos eventuais problemas que apareceram;
- Compreender como os estudantes se posicionam, em termos de participação política e justiça social, a partir da análise do que eles entendem das categorias de justiça, desigualdade, direitos sociais, segurança e violência;
- Apresentar o perfil socioeconômico dos entrevistados, verificando a idade, sexo, raça, renda, profissão, religião, orientação sexual, bairro que reside e outros possíveis indicadores sociais que poderão ser considerados na pesquisa;
- Sistematizar e analisar o que os estudantes da EJA entendem por participação política e justiça social, a partir das respostas referentes às dificuldades enfrentadas no acesso às aulas diante da pandemia do coronavírus e quanto

aos sentidos produzidos sobre justiça, desigualdade, direitos sociais, segurança e violência.

Sujeitos da pesquisa

Quanto aos sujeitos participantes, a pesquisa foi realizada com cerca de 20 a 25 estudantes da EJA de uma escola municipal de Vila Velha, cursistas da quinta a oitava série noturna.

Metodologia

A opção pelo uso da pesquisa com os cotidianos das escolas se dá em um momento final de quarentena global da COVID-19. Adotou-se uma abordagem metodológica de pesquisa a partir de Certeau (1998), que tem se tornado frequente, por permitir ao pesquisador um encontro com os sujeitos da pesquisa, por meio das histórias contadas pelos envolvidos. Assim, as indagações se deram a partir de conversas e de um questionário semiestruturado, para analisar se ou de que forma a EJA foi afetada pela pandemia da Covid-19. Sobretudo, tomou-se como base as dificuldades encontradas pelos estudantes na sua própria formação e no acesso à informação via plataformas digitais (bem como na compreensão acerca do funcionamento destas) no contexto da quarentena global promovida pela pandemia da covid-19. Para tanto, foram propostas questões como: A pandemia agravou o acesso à informação e à comunicação dos estudantes da EJA? As tecnologias digitais viabilizaram ou dificultaram o acesso à comunicação necessária ao processo formativo na EJA?, etc.

A pesquisa foi produzida a partir da escuta desses sujeitos, tendo em vista a necessidade de uma educação com liberdade e com igualdade social, como já apontou Freire (2014), de tal modo que os processos cotidianos, os apontamentos do senso comum e as narrativas dos alunos sejam valorizados; isto é, uma pesquisa tecida não só pelo pesquisador, mas no encontro com os sujeitos praticantes (CERTEAU, 1998). Além disso, preocupou-se com a participação política destes sujeitos.

A hipótese inicial é a de que houve dificuldade ou mesmo impossibilidade de acesso

por parte dos estudantes às plataformas utilizadas em aula, tendo como consequência o comprometimento do processo de ensino e aprendizagem (ou, ainda, da Educação de Jovens e Adultos) durante a quarentena global gerada pela pandemia da Covid-19.

Caminhos metodológicos da pesquisa

A produção dos dados se deu no mês de junho do ano de 2022, em uma Unidade Municipal de Educação Fundamental da Prefeitura de Vila Velha (UMEF), batizada de “Saturno” – nome fictício usado, por motivos éticos, para não identificar a escola nem os alunos. O primeiro procedimento realizado no desenvolvimento deste trabalho científico foi a solicitação de autorização ao orientador e co-orientadora do programa de mestrado da UVV e a coordenadoria da Escola para executar a pesquisa que foi organizada em duas etapas.

Na primeira etapa, ao ingressar na escola, fizemos contato com a Coordenadora e com os professores do Colégio “Saturno” (nome fictício) e a entrada na instituição deu-se com o objetivo de observar as práticas educacionais na UMEF, além de estabelecer contato com os participantes do estudo. Conversamos um pouco com o Segurança, com uma professora e com a Coordenadora, o que nos garantiu o acesso organizado em cada sala de aula. Sabendo das especificidades do universo da segurança pública, procurou-se estabelecer a relação do tema a ser abordado com os alunos da EJA.

Esse período de inserção na UMEF foi considerado fundamental para o andamento da pesquisa, pois permitiu a produção de informações importantes, principalmente quanto à realização das atividades na época da pandemia. Inicialmente, foi feita a apresentação do pesquisador e foi informado aos participantes nas salas de aula sobre os objetivos e os procedimentos da pesquisa. Iniciou-se a segunda etapa da produção com a socialização com os alunos, uma estratégia adotada para evitar possíveis negativas de colaboração de alunos que não desejavam participar (principalmente pelo fato de realizarmos a maior parte das entrevistas de forma individual) e também um meio de não adotar um questionário só fechado ou só aberto (e, sim, de colocar tais questões na forma de conversa, em sala de aula).

Durante o percurso da produção dos dados, foram obtidas relevantes informações, a partir da gravação de áudio, da observação das atividades em sala de aula e da interação entre docentes e discentes da EJA. Para conseguir entrevistar os alunos e as alunas da EJA, o período de familiarização (primeira etapa da pesquisa) foi importante sendo efetuado em horários normais de aula com utilização de gravação por meio de um celular dos questionários em forma de conversa e perguntas de modo a permitir ao pesquisador o acesso a grupos de 2 e 3 alunos que procuravam se ajudar para consolidar as respostas e formar um pensamento sólido que muitas das vezes sozinhos se negavam a participar, mas em grupo ficavam descontraídos.

Esse acesso foi importante principalmente devido à grande diferença cultural entre os segmentos, evidenciando dois mundos sociais diferentes que ilustram uma realidade social desigual e permitindo conseguir estabelecer contato com alunos e alunas que voltariam para o turno do dia após completar a reparação da série perdida quer por reprovação, quer por evasão escolar. Iniciamos assim com a sala de aula da professora XYZ (nome fictício) –, que cedeu um tempo na aula para eu pudesse conduzir minha pesquisa. Apresentei-me e logo mencionei sobre o que seria a pesquisa e as questões que seriam levantadas – como violência, cidadania, justiça, democracia, direitos sociais, entre outras.

A princípio, solicitamos as informações de forma individual e sem a presença da professora. Em seguida, permitiu-se a participação desta para uma maior interação com os alunos, tendo em vista não haver sigilo no questionário escolhido e não haver risco de uma possível intimidação dos alunos participantes. Não houve agendamento prévio para turmas específicas, apenas foi seguida a ordem por segmento para cada dia de entrevista com o máximo de alunos possível, devido às férias e à disponibilidade do calendário de aulas em vigor.

Antes de cada entrevista, novamente se explicava ao participante os objetivos do estudo, esclareciam-se as dúvidas e realizava a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após esse procedimento, era solicitada a permissão para gravação em áudio. A seguir, após transcrição do áudio, o áudio era descartado por não ser questão importante para os participantes. O roteiro utilizado para entrevistas contemplou 19 perguntas, conforme

o resumo esquemático das categorias por número de alunos (cf. Apêndice I):

Os roteiros sofreram adaptações segundo a inserção grupal do entrevistado. Esta é uma maneira, na atualidade, de sugerir caminhos para criticar e reformular algumas das questões que organizam a agenda da ciência social contemporânea em torno de expressões como “exclusão” ou “violência”. Para o tratamento dos dados produzidos, todas as entrevistas foram transcritas integralmente e, posteriormente, submetidas à análise do orientador do programa de Mestrado.

Para maior clareza da pesquisa, buscou-se em alguns projetos e recortes de notícias as informações necessárias, tais como a existência de 19 unidades municipais que ofertam a modalidade EJA e as matrículas relacionadas a ela (que ficam abertas durante o ano letivo). Para se matricular, o interessado deve comparecer à escola mais próxima, levando documento de identificação com foto, comprovante de residência, histórico (ou declaração escolar) e duas fotos 3x4.

A pesquisa também obteve como informação que, para o ano de 2022, a EJA terá uma carga horária diferenciada, sendo 60% presencial e 40% não presencial – com aulas on-line e atividades na plataforma Escola Tá ON (uma grande ferramenta tecnológica voltada para a formação de alunos e alunas da EJA). Outra novidade para este ano é a EJA Cidadã, que vai acontecer no turno diurno. As turmas serão abertas de acordo com a demanda, viabilizando a possibilidade de estudo para aqueles que não podem no período noturno.

Na segunda etapa da produção, foram realizadas as entrevistas individuais, com 14 homens e 8 mulheres formando um total de 22 entrevistas no 1º e 2º segmentos. Desta forma, foi escolhido o 1º segmento (do 1º ao 5º ano), pois tinha mais idosos (ou seja, indivíduos com mais histórias de vida). Para produção da pesquisa, recebi orientações da banca de qualificação sobre como deveria entrevistar os interlocutores para obter as informações necessárias para alcançar os resultados com aproveitamento na disciplina de pesquisa no mestrado em Segurança Pública da UVV.

Em virtude de todos haverem atravessado uma pandemia global, sem dúvida, a utilização dos hábitos de higiene e as condições sanitárias da escola e do aluno foram

colocadas a descoberto, sendo ambos (escola e alunos) obrigados a adotarem medidas consideradas satisfatórias à erradicação do vírus da Covid-19 e conseqüentemente a redução drástica da mortalidade entre os estudantes de primeiro ou até mesmo de 2º segmento. Dito isto, foram seguidos rigorosamente os métodos e as condições de higiene no ingresso, no período das entrevistas e no encerramento da pesquisa, buscando a resposta ao repertório das perguntas de modo satisfatório.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Conceituação

A EJA é uma modalidade de ensino que visa oferecer o Ensino Fundamental e o Ensino Médio para pessoas que já passaram da idade escolar e que não tiveram oportunidade de estudar.

Breve histórico da EJA

Esta modalidade de educação surgiu no Brasil diante das dificuldades na fase compreendida como “a fase jesuítica da escolarização colonial (1549 a 1808)”, que surgiu do regime de capitanias hereditárias. Por volta dessa época, em 12 de dezembro de 1548, com a determinação do rei de Portugal, D. João III,

(...) são criadas catorze capitanias com o objetivo de tornar possível o povoamento, a defesa, bem como a propagação da fé católica. O sistema de doação a particulares parecia o mais adequado diante da incapacidade de Erário Régio atender as vultosas despesas de colonização. (RIBEIRO, 1987, p. 19).

Entre as diretrizes básicas constantes no Regimento, isto é, na nova política ditada então por D. João III (17-12-1548), é encontrada uma, referente à conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução (Ribeiro, 1987). Em cumprimento a isto, chegam, com Tomé de Souza, quatro padres e dois irmãos jesuítas, chefiados por Manoel de Nóbrega (1549). Luiz a. de Mattos destaca a importância deste item dos “Regimentos”, dizendo que:

[...] dele dependeria [...] o êxito da arrojada empresa colonizadora; pois que, somente pela aculturação sistemática e intensiva do elemento indígena aos valores espirituais e morais da civilização ocidental e cristã é que a colonização portuguesa poderia lançar raízes definitivas [...]” (MATTOS, 1958, p. 31).

O destaque é que a organização escolar no Brasil-Colônia está, como não poderia deixar de ser, estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses e surge o primeiro plano educacional brasileiro por meio do qual o padre Manoel de Nóbrega visa catequisar e instruir os indígenas, como determinavam os “Regimentos”. Percebe-se, desta forma, a necessidade de incluir os filhos dos colonos.

E uma vez que naquele instante, eram os jesuítas os únicos educadores de profissão que contavam com significativo apoio real na colônia, coube aos jesuítas como instrumento de formação da elite colonial seguir o plano de estudos propriamente dito elaborado de forma diversificada, com o objetivo de atender aos interesses coloniais. Desta forma, tem-se o emprego do primeiro plano educacional brasileiro, que começa pelo aprendizado do português e incluía:

“O ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever. Daí em diante, continua, em caráter opcional, o ensino de canto orfeônico e de música instrumental, e uma bifurcação tendo em um dos lados o aprendizado profissional e agrícola e, de outro, aula de gramática e viagem de estudos à Europa”. (RIBEIRO, 1987, p. 23).

O fato da chegada da família real para o Brasil (22/01/1808), é de relevante impacto para a educação, pois coloca em prática o citado Plano educacional elaborado pelo padre Manoel de Nóbrega. Porém, com a saída dos Jesuítas, o Plano desanda, pois, a clientela era formada apenas pelos indígenas, através da catequese e da instrução; e, conseqüentemente, “a educação de adultos entra em falência, pois a responsabilidade pela educação acaba ficando às margens do império” (STRELHOW, 2010).

Figura 1 - Alunos e alunas da EJA em sala de aula



Fonte: <https://blogdorafaelmori.wordpress.com/2020/11/23/educacao-de-jovens-e-adultos>

Todas as formas de aquisição de conhecimento são importantes, ou seja, através da metodização rigorosa da curiosidade ou através da pesquisa científica ou do senso comum. No período Imperial (1822 a 1889), a partir do decreto n. 7.031 de 6 de setembro de 1878, foram criados cursos noturnos para adultos analfabetos na escola pública de

educação elementar, para o sexo masculino, no município da corte.

Somente a partir da década de 1930 é que a educação de jovens e adultos efetivamente começa a se destacar no cenário educacional do país: em 1934, o governo cria o Plano Nacional de Educação que estabeleceu como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional (FRIEDRICH *et al.*, 2010). Em 1945, surgiram muitas críticas ao analfabetismo no Brasil. Entretanto a luta com garra e dedicação por uma educação melhor e com movimentos como o 2º Seminário de iniciação científica (2016) – evento da IFNMG, em Montes Claros, foi fundamental para perseguir a qualidade do movimento de alfabetização e fez com que a educação de adultos ganhasse destaque na sociedade.

Neste período, ocorre influência da tendência fascista presente no período chamado de “Estado Novo” (1937-1945). Mas, parafraseando Nelson Mandela, “a educação é a arma mais ponderosa que você pode usar para mudar o mundo” e, neste período, estava iniciando a alfabetização na segunda fase da República (1930-1971). Uma vez estabelecida nessas duas áreas do globo, difundiu-se por todo o mundo e, de forma mais acelerada, depois da Segunda Guerra Mundial.

A partir daí a educação de adultos, assumida através da campanha nacional do povo, começou a mostrar seu valor. Mas é só através da campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947, que se abre a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil (COLAVITTO e ARRUDA, 2014). Nesta época, cria-se o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA), voltado ao ensino Supletivo; surge a 1ª Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), no intuito de reduzir o analfabetismo das nações em desenvolvimento; e acontecem o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos e, posteriormente, em 1949, o Seminário Interamericano de Educação de Adultos.

Nos anos 50, é realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) e, na década de 1960, o Movimento da Educação de Base (MEB) (VIEIRA, 2004). Logo após, em 1967, o governo militar cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o intuito de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada (STRELHOW, 2010). Na década de 70, destaca-se no país o ensino supletivo, criado em

1971 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 5.692/71) (BRASIL, 1971).

Nos anos 80, foi possível implantar a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), vinculada ao Ministério da Educação, que ofertava apoio técnico e financeiro às iniciativas de alfabetização existentes (VIEIRA, 2004). Somente em 1996, surge a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (nº. 9.394/96), que reafirma o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico e o dever, por parte do governo, de ofertar tal ensino de modo gratuito, estabelecendo responsabilidades aos entes federados através da identificação e da mobilização da demanda, com garantia de acesso e de permanência (BRASIL, 1996).

Em 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, lançando então o Programa Brasil Alfabetizado, nele incluídos o Projeto Escola de Fábrica (voltado para cursos de formação profissional), o Pró-Jovem (com enfoque central na qualificação para o trabalho unindo a implementação de ações comunitárias ao Ensino Médio) e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (Pro-eja) (VIEIRA, 2004).

Já em 2007, o Ministério da Educação (MEC) aprova a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), fazendo com que todas as modalidades de ensino passassem a fazer parte dos recursos financeiros destinados à educação (BRASIL, 2007). Com base em todos esses planos, é possível concluir que cada governo planeja o seu próprio projeto, acarretando, assim, uma descontinuidade de projetos que lhes são anteriores.

Diante do histórico da EJA no Brasil, Osmar Fávelo (1983, p. 365) descreve 6 passos em diferentes momentos:

O 1º passo: foi dado através de Paschoal Leme (1938-1940): com a Educação Supletiva/ Educação de Adultos onde “Historicamente foi o primeiro trabalho sobre educação de adultos no Brasil, apresentado como tese de concurso para técnico de educação do Ministério de Educação e Saúde (MÊS), em 1938, tomando como base as experiências realizadas pelos países desenvolvidos, a exemplo da Inglaterra, França, Estados Unidos [...]”.

Um dos graves entraves para a difusão da educação elementar em nosso país, no período de 1930 a 1971, foi, em grande parte, de natureza demográfica. O Brasil conheceu

taxas explosivas de crescimento populacional, das mais altas do mundo. A fecundidade mantinha-se em níveis “agrários”, sempre muito altos, e a mortalidade caía para índices “industriais”, cada vez mais próximos dos níveis observados nas áreas altamente desenvolvidas do globo. É importante frisar esta diferença entre os dois índices, que resulta em taxas de crescimento em patamares inéditos e que não pararam de subir em todo o referido período. Portanto, os governos nacional, estadual e municipal tentavam inúmeras estratégias para que tais taxas pudessem acompanhar o ritmo de crescimento da população infantil em idade escolar, mas eles não davam conta.

Na sequência da história da EJA, Fávelo (2011, p. 367) comenta que

O 2º passo: foi dado através de Lourenço Filho (1945-1962): com o problema da educação de adultos onde “Ao lermos os escritos de Lourenço Filho, a partir da temática acima mencionada, observamos que assume a definição de educação de adultos tendo por base a proposta por Moehlman, ou seja: consistia em qualquer plano, sistemático ou assistemático, de educação destinada a adolescentes e adultos, independente dos planos escolares convencionais, de instituições públicas e particulares.

Nesta época pela primeira vez, foi tratada a articulação dos vários ramos de ensino, que se diferenciam pela especialização de cada um. O decreto-lei 4.244, de 09 de abril, modificou os ciclos de estudos, que eram de 5 e de 2 anos, e que passaram a ser de 4 e 3 anos, respectivamente. Ao primeiro ciclo, correspondia o chamado curso ginásial (atual ensino médio), enquanto, ao Segundo, o curso colegial (atual ensino fundamental), com duas modalidades: o curso clássico e o curso científico, em que se acentuam, respectivamente, o estudo das letras antigas e o das ciências.

Observamos assim que tais cursos conduziam indistintamente a qualquer Escola Superior. O Decreto-lei estabeleceu ainda na educação, um serviço de Orientação Educacional em cada estabelecimento. Neste sentido, constatou-se que, quanto ao ensino industrial, de grau médio, estruturado, pela primeira vez, em conjunto, o governo estabeleceu na educação que os cursos industriais estavam classificados em dois ciclos. O primeiro, com 4 anos – são os cursos industriais básicos, nas escolas industriais, e que formam artífices especializados –, e, o Segundo, com 3 anos, nas escolas técnicas – são os cursos técnicos -, para a formação de técnicos especializados.

Prosseguindo a história da EJA, Fávelo (2011, p. 369) afirma que

O 3º passo: foi dado através dos Movimentos de cultura e educação popular do início da década de 1960 onde “o amadurecimento do processo democrático, revelado nas eleições majoritárias de 1958; as experiências inovadoras na área da cultura e os debates sobre educação, na segunda metade dos anos de 1950; a promulgação da primeira Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961; e a aprovação do Plano Nacional de Educação, em 1962; ao lado do enfraquecimento das campanhas nacionais, criaram as condições para novas experiências de educação de adultos, com a conseqüente redefinição de um conceito de alfabetização voltado apenas para ler, escrever e contar. Por isso, pode ser caracterizado como um momento de ruptura com a forma institucionalizada até então, viabilizando o repensar-se a Educação de Adultos, no Brasil.

Analizamos, neste período, a continuidade da ampliação da rede escolar tanto quanto ao pessoal docente como à matrícula. Nos anos de 1955 e 1956, a influência do grande afluxo de capital estrangeiro fez com que a busca pela escolarização aumentasse mais do que o dobro. E foi nos anos de 1956 a 1961 que se constituiu o período “áureo” do desenvolvimento econômico, aumentando as possibilidades de emprego, mas concentrando os lucros marcadamente em alguns setores minoritários internos e, mais que tudo, nos externos. Muita coisa, conseqüentemente, não foi possível de ser realizada e é útil considerar os erros, como inverter a proposição “um povo rico faz uma nação rica”.

Uma nação rica não faz necessariamente um povo rico. Desta forma,

O 4º passo: foi a Educação permanente, educação continuada (final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970): onde “de um lado, as exigências postas pelas transformações no sistema produtivo e a grande demanda pela expansão do ensino em níveis cada vez mais elevados, de um lado, gerou, na Europa, o que se designou como crise da educação (COOMBS, 1968). De outro lado, o relativo fracasso das grandes campanhas de alfabetização e o insucesso do planejamento educacional nos países considerados subdesenvolvidos, passou a chamar a atenção para se valorizar os modos de educação não escolares, ou realizados à margem dos sistemas de ensino regulares, que passaram a ser designados como não formais ou extraescolares.

O tema da educação permanente privilegiava a educação de adultos, referida, em primeiro plano, pelo menos no caso europeu, à possibilidade de formação para o mercado de trabalho, necessariamente continuada, exigida pelos novos sistemas de produção. Alguns autores abordavam também, e algumas vezes prioritariamente, a formação cultural mais ampla, propondo aprendizagens sistemáticas ou livres no lazer ou nas férias, por meio do cinema, da literatura, do turismo, dentre outras formas de aprender.(FÁVELO, 2011, p. 374).

Ribeiro (1998) critica que, do ponto de vista pedagógico, “a Igreja Católica acusa a escola pública de ter condições de desenvolver somente a inteligência enquanto tal, instrui, mas não educa”. Portanto, a escola confessional seria a única que teria condições de desenvolver a inteligência e formar o caráter, ou seja, de educar. Contudo, um importante

momento se dá em virtude da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 6.024/61), em especial no capítulo sobre as finalidades da educação, o que nos leva a admitir um predomínio do que é chamado de concepção “humanista” moderna.

Segundo o Anuário Estatístico do Brasil, de 1960, 15,8 milhões de brasileiros não sabiam ler nem escrever. A década de 1990 marca uma virada na história da alfabetização brasileira após o compasso de crescimento do Brasil com o capital estrangeiro. Neste momento, a alfabetização é considerada a chave para o desenvolvimento sustentável e para a paz. Enquanto a ciência e a tecnologia abrem novas vias de vida, analfabetos e pobres ainda não podem realizar inteiramente o progresso da vida moderna, devido ao seu iletrismo e à sua pobreza. Isso porque, na vida moderna, a comunicação é feita, sobretudo, a partir de símbolos, números, alfabetos e sinais, os quais só podem ser efetivamente utilizados pelas pessoas plenamente alfabetizadas.

Depois dos anos de 1960, particularmente com a difusão dos métodos contraceptivos, ocorre a emancipação da mulher (isto é, a mulher saía de casa). Além disso, este período também trouxe a desigualdade econômica regional, que teve reflexos profundos nas desigualdades educacionais. Neste sentido, um importante fenômeno para corrigir as desigualdades na educação foi a promulgação da Constituição de 1988 e mais adiante a afirmação do diretor geral da Unesco em 2001:

Nesta passada, a Constituição de 1988, em seu artigo 5º, declara o ensino fundamental como direito público subjetivo, devendo ser oferecido regularmente pelo estado, como afirma Fávelo (2011, p. 377) em próximo passo:

5º passo: Constituinte de 1987-1988; Constituição Federal de 1988 e anos de 1990
A intensa participação das organizações e movimentos na Constituinte gerou uma postura muito ativa e a produção de vários documentos em defesa da educação básica de 12 anos – compreendendo a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação de jovens e adultos – e propostas específicas para cada uma dessas modalidades. A conquista maior, expressa na Constituição de 1988, foi a declaração do ensino fundamental como direito público subjetivo. Seu não oferecimento, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente – inclusive para os que não tiveram oportunidade de cursá-lo ou concluí-lo na idade própria.

Desta forma, a pesquisa demonstra haver indicadores ruins como a criminalidade, por exemplo, pode ser enfrentada basicamente de duas maneiras contrárias: investindo

cedo em educação, com a promoção de valores sociais, ou, na falta desta, reforçando o policiamento nas ruas, ampliando os serviços de repressão a jovens delinquentes e dobrando o número de cadeias. No entanto, o Parecer Cury trouxe um grande avanço no desenvolvimento e valorização da educação, como se pode observar em passo seguinte de Fávelo (2011, p. 382):

6ª passo: Os anos de 2000, Parecer Cury e situação atual, onde: “Quanto à legislação relativa à educação de jovens e adultos, há pelo menos três registros relativos a documentos oficiais importantes a serem feitos no período: o parecer CNE/CEB 11/2000, de autoria de Carlos Roberto Jamil Cury, relativo às Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos; a Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, que instituiu o Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), substituindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundef); e o Parecer CNE/CEB 03/2010, que reformulou as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos, idade mínima e certificação nos exames e a educação de jovens e adultos desenvolvida por meio da educação à distância – decisão que provocou muitos debates entre os pesquisadores.

O direito à educação está previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 como um direito fundamental de natureza social. Além da previsão constitucional, há uma série de outros documentos jurídicos que contêm dispositivos relevantes a respeito do direito à educação, tais como o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, ratificado pelo Brasil, no livre gozo de sua soberania, a 12 de dezembro de 1991, e promulgado pelo Decreto Legislativo n. 592, a 6 de dezembro de 1992; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), o Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172/2001), entre outros.

Neste sentido, a história da EJA principalmente com a constituição Federal/88, que em seu art. 208 – a Educação de Jovens e Adultos, tem a primeira referência à garantia de ensino público fundamental obrigatório. A EJA no Brasil é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado (BRASIL,

1996). O adulto analfabeto defronta-se com a sociedade letrada e necessita de, no mínimo, saber lidar com a tecnologia da comunicação para que, como cidadão, saiba lutar por seus direitos, caso contrário torna-se vítima de um sistema excludente e pensado para poucos (FRIEDRICH et.al, 2010). Até então, o que se viu foi a criação de programas, de curto prazo, que não garantem que os alunos deem continuidade aos estudos.

Assim, observa-se que algumas produções podem ser compostas na intercessão teórico-metodológica de Freire, tendo as interlocuções como elemento necessário para a historicidade do conhecimento, tais curiosidades terminou por se inscrever historicamente a natureza humana.

Com base na crítica de Freire descreve, entende-se que:

Quanto mais certo de que estou certo me sinto convencido, tanto mais como o risco de dogmatizar minha postura, de congelar-me nela, de fechar-me sectariamente no ciclo de minha verdade. Isto não significa que o correto seja “perambular” irresponsavelmente, receoso de afirmar-me. Significa reconhecer o caráter histórico de minha certeza. A historicidade do conhecimento, a sua natureza de processo em permanente devir. Significa reconhecer o conhecimento como uma produção social, que resulta da ação e da reflexão, da curiosidade em constante movimento de procura. (FREIRE, 2014, p. 13-14).

Tais conhecimentos avançam no sentido de uma produção formal desenhada de acordo com o artigo 26 da LDB (Lei nº 10.172/2001), em que os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. A matriz curricular do Ensino Fundamental deve assegurar a alfabetização e o letramento, o desenvolvimento das diversas formas de expressão, e a continuidade da aprendizagem.

O Ensino Fundamental para EJA é dividido em dois segmentos. No 1º segmento temos as orientações curriculares que se referem à alfabetização e para o 2º segmento a pós-alfabetização de jovens e adultos, porém não constituem propriamente um currículo, muito menos um programa pronto para ser executado. Elas são um subsídio para a formulação de currículos e de planos de ensino, (para ambos os segmentos) que devem ser desenvolvidos pelos educadores de acordo com as necessidades e os objetivos específicos

de seus programas. A legislação educacional brasileira é bastante aberta quanto à carga horária, à duração e aos componentes curriculares desses cursos.

Os segmentos podem ser Noturnos ou Diurnos, em decorrência de sua flexibilidade e adequação às necessidades do público em questão. Tanto no primeiro quanto no 2º segmento da EJA, existe uma ênfase muito grande na aproximação do conteúdo de aula à realidade do aluno. Paulo Freire elaborou, ao final da década de 1950, um conjunto de procedimentos pedagógicos que foi apelidado de método Paulo Freire: uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, cujo princípio básico era “A leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989, p. 9). Esse conceito ainda é muito presente nos procedimentos educacionais do EJA nos dias de hoje.

Grande é a diferença curricular entre o ensino regular e a EJA e também curto é o tempo para ministrar as matérias nesta última. Um aluno do ensino regular, para atingir a 9ª série, levará normalmente nove anos, enquanto um aluno da EJA poderá, na metade do tempo, estar formado.

Com a pandemia global, surgiu o distanciamento social e a necessidade de lidar com as plataformas de ensino a distância, já que era impossível o desempenho presencial nas escolas, o que acabou gerando uma grande evasão escolar. Mesmo em tempo de pandemia, houve uma preocupação com as Políticas públicas superando os obstáculos nos cursos voltados à EJA no Brasil, a exemplo de projetos como Brasil Alfabetizado, Pró Jovem, Fazendo Escola, FUNDEB. Nota-se, assim, a importância de uma política de diretrizes eficiente, tomando como referência tanto documentos quanto livros e artigos científicos publicados sobre este assunto, principalmente quanto a um dos protagonistas da história da educação – o grande mestre internacionalmente reconhecido Paulo Freire, que consta como principal referência no estudo apresentado.

Dentro de uma síntese de palavras, e com um interregno de tempo, demonstra Paulo Freire a difícil escalada da educação: “Vão encontrar aqui textos, na sua maioria escritos há cerca de 15 anos, impregnados das ideias-chave que Freire desenvolveu ao longo de sua vida”. (FREIRE, 2014, p. 12). Embora muitas vezes não compreendido no passado, Paulo Freire contribuiu muito para a historicidade do conhecimento, como atesta

o trecho abaixo:

Em 1992, Freire era um intelectual plenamente maduro, reconhecido e realizado. Durante sua longa experiência de exílio tivera contato com realidades radicalmente distintas no mundo desenvolvido e nas novas nações africanas que confirmavam suas vivências de nordestino brasileiro. (FREIRE, 2014, p. 10).

Paulo Freire como reflexão político-pedagógica faz parte de uma importante época na linha do tempo da educação brasileira. No alcance da possibilidade para a democratização e a justiça, Paulo Freire é o referencial para a história da educação e um importante autor para a educação brasileira, haja vista suas ideias e sua linguagem terem na história uma acentuada carga tanto na forma crítica quanto na forma poética de falar em política. Com uma experiência incrível, basear-se em sua história e seus procedimentos técnicos e metodológicos nos dá o poder de conhecer uma educação libertadora, pautada na ideia de igualdade, e de observar o processo do compartilhamento do saber pelos alunos (FREIRE, 2014).

E porque tais experiências são parte da história, será que compartilhando experiência em grupos temáticos se exerce a cidadania ou será que os direitos humanos se aplicam ao fator do pensar coletivo? Freire define o que é uma prática educativa como um referencial para vida e como ela deve ser vivida pelos seres humanos por ser uma questão de vocação humana, mas também de dimensão política (FREIRE, 2014). Dissertar sobre as obras freirianas constitui um grande desafio, considerando a abrangência da temática.

Com o objetivo de debatermos e de refletirmos sobre o passado histórico da Educação, citamos algumas compreensões das percepções diretamente atribuídas à política e ao esforço de Paulo Freire, ressaltando o fato de que ele lecionou nas mais conceituadas universidades do planeta e tem inúmeros livros traduzidos nos principais idiomas modernos (FREIRE, 2014), como atesta o trecho abaixo:

Freire havia lecionado nas mais conceituadas universidades do planeta e seus inúmeros livros estavam traduzidos nos principais idiomas modernos. De volta ao Brasil, tinha sido um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e Secretário de Educação da Prefeitura de São Paulo. (FREIRE, 2014, p. 10).

A política está ligada a uma sina de desumanização, mas, a partir de Paulo Freire, entende-se que essa situação é imoral principalmente do ponto de vista da educação: “A desumanização, por isso mesmo, não é vocação, mas, distorção da vocação para o ser

mais. Por isso, digo, num dos textos deste volume, que toda prática, pedagógica ou não, que trabalhe contra este núcleo da natureza humana é imoral”. (FREIRE, 2014, p. 14-15).

O autor define vocação com mais profundidade, pois efetua o cruzamento entre a vocação e o domínio político, observando os contextos sociais de cada fator social, e liga a luta pelo poder a uma condição necessária a ser humano, a saber: “Sem a luta política, que é a luta pelo poder, essas condições necessárias não se criam. E sem as condições necessárias à liberdade, sem a qual o ser humano se imobiliza, é privilégio da minoria dominante quando deve ser apanágio seu.” (FREIRE, 2014, p. 14-15).

A operacionalização da EJA

A EJA abarca homens e mulheres que não tiveram oportunidade de estudar, ou que não completaram o ensino no tempo regular nos níveis do ensino fundamental e ensino médio. O Ensino Fundamental para EJA é dividido em dois segmentos: o 1º segmento de 1ª a 5ª série e o 2º segmento de 6ª a 9ª. As orientações curriculares referem-se à alfabetização e à pós-alfabetização de jovens e adultos, porém não constituem propriamente um currículo, muito menos um programa pronto para ser executado. Trata-se de um subsídio para a formulação de currículos e planos de ensino, que devem ser desenvolvidos pelos sistemas educacionais de acordo com as necessidades e os objetivos específicos de seus programas. Os segmentos podem ser noturnos ou diurnos, em decorrência de sua flexibilidade e de sua adequação às necessidades do público em questão.

Existe uma ênfase muito grande na EJA, tanto no 1º quanto no 2º segmento, acerca da aproximação do conteúdo de aula à realidade do aluno. Paulo Freire elaborou, ao final da década de 1950, um conjunto de procedimentos pedagógicos que ficou conhecido como método Paulo Freire; ou ainda, uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, cujo princípio básico era “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1988) – conceito ainda muito presente nos procedimentos educacionais do EJA nos dias de hoje. Além disso, principalmente a partir do 6º ano (2º segmento), existe uma preocupação em trazer para a sala de aula conteúdos (i) que sejam socialmente relevantes; (ii) que permitam a construção e a coordenação do raciocínio, o desenvolvimento da criatividade, da intuição,

da capacidade de análise e de crítica; e (iii) que constituam esquemas lógicos de referência para interpretar fatos e fenômenos.

Assim temos três tipos de conteúdo: (i) o conteúdo de natureza conceitual, que envolve a abordagem de conceitos, fatos e princípios e que se refere à construção ativa das capacidades intelectuais para operar com símbolos, signos, ideias e imagens capazes de representar a realidade; (ii) o conteúdo de natureza procedimental, que expressa um saber fazer e que envolve tomar decisões e realizar uma série de ações, de forma ordenada e não-aleatória, para atingir uma meta; e (iii) o conteúdo de natureza atitudinal, que inclui normas, valores e atitudes, que permeiam todo o conhecimento escolar. A escola é um contexto socializador, gerador de atitudes relativas ao conhecimento, ao professor, aos colegas, às disciplinas, às tarefas e à sociedade.

Através do estudo nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e do que veio a ser chamado de Estudos da Sociedade e da Natureza – que engloba as disciplinas de história, geografia, ciências naturais e sociais –, busca-se que os educandos sejam capazes de: (i) dominar instrumentos básicos da cultura letrada (e que estes lhes permitam melhor compreender e atuar no mundo em que vivem); (ii) ter acesso a outros graus ou modalidades de ensino básico e profissionalizante, assim como a outras oportunidades de desenvolvimento cultural; (iii) incorporar-se ao mundo do trabalho com melhores condições de desempenho e participação na distribuição da riqueza produzida; (iv) valorizar a democracia, desenvolvendo atitudes participativas e conhecendo direitos e deveres no exercício da cidadania; (v) desempenhar, de modo consciente e responsável, seu papel no cuidado e na educação das crianças, no âmbito da família e da comunidade; (vi) conhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira, respeitando diferenças de gênero, geração, raça e credo, e fomentando atitudes de não-discriminação; (vii) aumentar a autoestima, fortalecer a confiança na sua capacidade de aprendizagem e valorizar a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social; (viii) reconhecer e valorizar os conhecimentos científicos e históricos, assim como a produção literária e artística como patrimônios culturais da humanidade; e (ix) exercitar sua autonomia com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais.

Enfim, as formalidades das práticas para alcançar essa operacionalização de modo multiforme e fragmentária, relativas a ocasiões e a detalhes, insinuadas e escondidas nos aparelhos educacionais, revela ações desprovidas de ideologias ou de instituições próprias, obedecem às regras. Noutras palavras, deve haver uma lógica dessas práticas. É o que Certeau (1998), menciona como o que é uma arte ou “maneira de fazer”. Aprendemos, assim, a formalidade dessas práticas, nos permitindo servir-nos de dois tipos de enquetes. “A descritiva e a estratégia de análise obtendo variantes diferentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Direitos sociais: educação e participação política

Para falar de educação, seria um risco não falar em ciência ou em senso comum, pois, não é possível desprezar as diversas formas de aquisição de conhecimento, que podem se dar através da metodização rigorosa da curiosidade, através da pesquisa científica ou através do famigerado senso comum (que mistifica certos assuntos como manga e leite fazem mal, ou passar em baixo de escada dá azar, etc.). Tal afirmação se deve ao fato que a produção de dados é composta na intercessão teórico-metodológica de Freire, tendo as interlocuções como um componente necessário aos condicionamentos, mas não aos determinismos, como explica Paulo Freire:

Um dos riscos que necessariamente corríamos ao ultrapassar o nível meramente opinativo de conhecer, com a metodização rigorosa da curiosidade, era a tentação de supervalorizar a ciência e menosprezar o senso comum. Era a tentação, que se concretizou no cientificismo que, ao absolutizar de tal maneira a força e o papel da ciência, termo upo quase magicizá-la.

É urgente, por isso mesmo, desmitificar e desmistificar a ciência, que dizer, pô-la no seu lugar devido, respeitá-la, portanto.

O corpo consciente e curioso que estamos sendo se veio tornando capaz de compreender, de inteligir o mundo, de nele intervir técnica, ética, estética, científica e politicamente. (...). A importância do papel interferente da subjetividade na História coloca, de modo especial, a importância do papel da educação.

Se os seres humanos fossem puramente determinados e não seres “programados para aprender” (FRANÇOIS Jacob. *Nous sommes programmés, mais pour apprendre, Le Courrier de L’Unesco*. Paris, fevereiro, 1991), não haveria por que, na prática educativa, apelarmos para a capacidade crítica do educando. Não havia por que falar em educação para a decisão, para a libertação. Mas, por outro lado, não havia também por que pensar nos educadores e nas educadoras como sujeitos” (FREIRE, 2014, p. 16-17).

Ao longo do tempo a sociedade se transforma e adquire novos valores, saberes e conceitos educacionais, sociais e políticos. Desta forma, observa-se o desaparecimento da obrigatoriedade de certas matérias (como o Latim). Também se pode observar a criação de matérias específicas para cada ocasião, como Educação Moral e Cívica, proveniente do período de Ditadura Militar pelo qual o Brasil passou.

Para tanto, a consciência e o mundo não podem ser entendidos separadamente,

dicotomizadamente, mas em suas relações contraditórias. contraditórias, pois a consciência não é a fazedora arbitrária e objetivista do mundo, nem puro reflexo deste. “E neste contexto chega-se à conclusão que a História coloca, de modo especial, a importância do papel da educação” (FREIRE, Paulo, 2014, p. 16).

Paulo Freire compreende a mecanização da história política dentro da educação, de forma que os desejos dos educadores sejam potencializados e criados para melhor atender a comunidade educacional. Estas situações nascem das relações humanas e são chamadas evoluções da aprendizagem, com o objetivo de dar à ciência acadêmica uma nova fonte para reformular os métodos de ensino. Desta forma, o autor potencializa a questão de gênero, ao afirmar que:

A prática política que se funda na compreensão mecanicista da História, redutora do futuro a algo inexorável, “castra” as mulheres e os homens na sua capacidade de decidir, de optar, mas não tem força suficiente para mudar a natureza mesma da História. Cedo ou tarde, por isso mesmo, prevalece a compreensão da História como possibilidade, em que não há lugar para as explicações mecanicistas dos fatos nem tampouco para projetos políticos de esquerda que não apostam na capacidade crítica das classes populares. (FREIRE, 2014, p. 18).

Sem dúvida, ao narrar críticas da História e da educação, Paulo Freire também coloca em evidência que é possível ter o homem e a mulher como sujeitos importantes no contexto da educação e que, ainda que diversas sejam as raças, as classes ou os gêneros que não podem deixar de tecer entendimento do que se passa na escola, na vida dos sujeitos que na História teceram e ainda tecem uma educação singular cotidianamente. Nesse sentido, ele afirma que:

A pós-modernidade progressista nos coloca é a compreensão realmente dialética da confrontação e dos conflitos e não sua inteligência mecanicista. Digo realmente dialética porque muitas vezes a prática assim chamada é, de fato, puramente mecânica, de uma dialética domesticada. Em lugar da decretação de uma nova História sem classes sociais, sem ideologia, sem luta, sem utopia e sem sonho, o que a cotidianidade mundial nega contundentemente, o que temos a fazer é repor o ser humano que atua, que pensa, que fala, que sonha, que ama, que odeia, que cria e recria, que sabe e ignora, que se afirma e que se nega, que constrói e destrói, que é tanto o que herda quando o dou adquirir, o centro de nossas preocupações. (...). Como não pode ser esquecida a experiência social de que participo, minha formação minhas crenças, minha cultura, minha opção política, minha esperança. (FREIRE, 2014, p. 19).

Nestes movimentos e encontros com os ensinamentos de Paulo Freire, absorve-se que a temática da educação, da história e da política permeia uma possibilidade de não

determinações ao homem e à mulher, dando-lhes, assim, a liberdade. Logo o autor, como um teólogo da libertação, passeia entre a visão da História e a transformação do mundo e permite que o estudante se salve. Com base nisso, o autor possibilita descobrir uma perspectiva histórica da educação, a saber:

A História é tempo de possibilidade e não de determinações. E se é tempo de possibilidades, a primeira consequência que vem à tona é a de que a História não apenas é mas também demanda liberdade. (...) História é a possibilidade que criamos ao longo dela, para nos libertar e assim nos salvar.

Somente numa perspectiva histórica em que homens e mulheres sejam capazes de assumir-se cada vez mais como sujeitos-objetos da História, vale dizer, capazes de reinventar o mundo numa direção ética e estética mais além dos padrões que aí estão, é que tem sentido discutir comunicação na nova etapa da continuidade da mudança e da inovação.

Uma de nossas tarefas, como educadores e educadoras, é descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo, de que resulte um mundo mais “redondo”, menos arestoso, mais humano, e em que se prepare a materialização da grande Utopia: Unidade na Diversidade. (FREIRE, 2014, p. 41-42).

Desta forma, entende Freire que os educadores e as educadoras visam mudar o mundo através da materialização. Ou seja, visam tornar possível que todos saibam ler e escrever e, através do saber como prática política, se libertem das correntes que os prendem na compreensão mecanicista da História como redutora do futuro a algo inexorável.

Desigualdade social e justiça

Segundo Bobbio (1998), desigualdade é o oposto à igualdade. Neste sentido, “Mesmo existindo igualdade de direito à propriedade, ela é distribuída de modo desigual em quase todas as sociedades” (BOBBIO, 1998. p. 603). Portanto podemos comparar à desigualdade ao nivelamento da riqueza quando tal desigualdade é mais o resultado da hereditariedade, do estado social ou da capacidade pessoal do que uma distribuição deliberada do governo é simplesmente posta como o oposto da igualdade.

Rousseau (1983) abordou a questão ao definir as desigualdades morais ou políticas em oposição às desigualdades naturais ou físicas. Ele também faz crítica do naturalismo otimista, do qual aceita o conceito da educação progressiva.

Para corrigir a desigualdade em termos de educação, foi criado o projeto da EJA,

que visa atender prioritariamente a classe trabalhadora. Pois o estudo é necessário para o desenvolvimento do espírito crítico do aluno, para que ele compreenda a desigualdade como produção social e que ele entenda o conhecimento como produto cultural (e que este, como tal, não é estático, mas, sim, dinâmico, sendo modificado com o passar do tempo e das gerações).

A “natureza fez os homens tão iguais na capacidade física e intelectual” (Leviatã, cap. XIII). Desta forma, todos os alunos da EJA, dentro de seus segmentos (1º e 2º segmento), devem ser vistos com a mesma potência física e intelectual e ter suas diferenças relevadas, pois a EJA é destinada a pessoas de diferentes idades, raças e habilidades. Portanto ao contrário da desigualdade delimitamos a igualdade quando se diz que duas ou mais pessoas são iguais quanto a idade, cidadania, raça, rendimentos, aptidão ou necessidade isso significa simplesmente que possuem a mesma idade, nacionalidade, cor, renda, habilidades ou necessidades; isto é,

Ao contrário da desigualdade, a igualdade é um valor que só pode ser estabelecido mediante a comparação entre duas ou mais ordens de grandeza e, assim, estará sempre relacionada a uma comparação entre situações e/ou pessoas, pois, quando perguntamos se existe igualdade, estamos sempre diante da indagação de qual igualdade, entre o quê e/ou quem (BOBBIO, 2000, p. 298-299).

Bobbio (2000, p. 298-299), afirma que ao falarmos de igualdade temos que responder a duas perguntas: “igualdade entre quem? igualdade com relação a que coisas?”. Já Amartya Sen indaga: “Por que a igualdade? Que igualdade?” (2008, p. 43). As respostas parecem depender dos pactos sociais que são realizados em determinada sociedade e ainda da resposta a uma outra pergunta: quanto de desigualdade uma sociedade pode suportar ou aceitar?

Portanto, a resposta à primeira pergunta de Bobbio – igualdade entre quem? –, considerando-se sob a ótica dos direitos individuais e do princípio da isonomia jurídica, Entretanto, se aumentarmos o número de coisas às quais as pessoas terão direito igualmente (como saúde, educação, acesso à justiça, trabalho, etc.), as respostas já não serão tão simples, porque teremos que saber também quais desigualdades serão aceitas em uma determinada sociedade.

E algumas das desigualdades serão construídas pelas próprias normas

constitucionais. Para exemplificar, podemos citar a hipótese constitucional de que o analfabeto pode votar, mas não pode ser votado; e também aquela que prevê a suspensão dos direitos políticos daqueles que cumprem pena com sentença criminal transitada em julgado. Essa “desigualdade” no exercício dos direitos políticos permitida pela Constituição tem como pressuposto que tal desigualdade não seria injusta – ou, pelo menos, foi este o pensamento do Constituinte brasileiro da Carta de 1988 (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal prevê em seu artigo 14, II, alínea “a” que os analfabetos podem votar, mas afirma no parágrafo 4º do mesmo artigo que os analfabetos são inelegíveis e, ainda, no artigo 15, inciso III, expõe os casos de suspensão dos direitos políticos, dentre os quais incluem-se os presos condenados por sentença criminal transitada em julgado. Quanto aos analfabetos, é importante citar que a Constituição de 1988 avançou ao permitir que os mesmos votem, mas não quanto à possibilidade de serem votados. Tais situações de desigualdades constitucionais suscitam debates, mas não o suficiente ainda para serem modificadas constitucionalmente por emenda (BRASIL, 1988).

Uma das associações mais frequentes que encontramos quando tratamos de igualdade é aquela entre igualdade e justiça e, neste sentido, afirma Bobbio (1996, p.14):

Enquanto liberdade e igualdade são termos muito diferentes tanto conceitual como axiologicamente, embora articulados, o conceito e também o valor da igualdade mal se distinguem do conceito e do valor da justiça na maioria de suas acepções, tanto que a expressão liberdade e justiça é frequentemente utilizada como equivalente da expressão liberdade e igualdade.

A associação entre igualdade e justiça (pelo menos na chamada tradição ocidental) remonta ao pensamento grego clássico. Foi também entre os gregos (pitagóricos) que nasceu a noção de que a igualdade é justiça. Para eles, a harmonia e a regularidade do universo, concebida como *kosmos* (totalidade ordenada), se traduzem na esfera humana em uma correlação de condutas, e a justiça (*diké*) se caracteriza como uma relação de igualdade entre dois termos, como, por exemplo, uma injúria e sua reparação. Havendo um desequilíbrio no *kosmos*, é tarefa da justiça reintroduzi-lo. Esta ideia perpassa todo o pensamento grego, até sua mais completa e última formulação com Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, que identifica a justiça como uma “virtude completa” e social, um meio termo entre o muito e o pouco (ARISTÓTELES, 2002, p. 105).

Se entendermos justiça como a possibilidade de todos terem acesso a bens e direitos considerados essenciais em uma determinada sociedade, a igualdade será um dos critérios possíveis de distribuição de justiça. Por outro lado, se delimitarmos a noção de justiça à resolução de conflitos levados ao sistema estatal (contencioso administrativo ou judicial), a igualdade poderá ser um critério para a aplicação de normas aos casos concretos.

Para Serge-Christophe Kolm (2000, p.37-38), os justiciáveis podem ser indivíduos ou grupos, a saber:

Justiça é o julgamento ético sobre a correlação em determinado momento entre entidades sociais referente ao valor da sua situação para cada uma dessas entidades sociais (possivelmente do modo como é avaliada pela própria entidade, mas a priori, não necessariamente assim) e, principalmente, quando tais correlações decorrem dos bens da sociedade. Essa entidade social é chamada de “justiciável” (ou seja, suscetível às considerações da justiça. Os justiciáveis considerados são frequentemente indivíduos, mas também existe justiça para grupos mais ou menos constituídos, como as nações, famílias, empresas, cidades, classes, regiões, etc. ou talvez até mesmo para culturas, que podem ou não ser conceitualmente “reduzíveis” a indivíduos (e devem ou não ser considerados desse modo). (KOLM, 2000, p. 37-38).

Note-se que a ideia de justiça pode alcançar a política, por exemplo, no sentido de justiça na representação dos Estados federados em um parlamento, no coeficiente eleitoral para uma determinada localidade na eleição de representantes nas casas parlamentares, na elaboração de leis e na aplicação de recursos públicos, entre outros aspectos, bem como estar circunscrita ao campo da resolução de questões levadas ao Judiciário.

O conceito de justiça que nos interessa, nesta hipótese, é aquele relacionado à resolução das questões levadas ao Judiciário pelos integrantes do sistema de justiça. Neste caso, certamente o conceito de justiça estará muito próximo do conceito de aplicação dos mesmos critérios a casos semelhantes.

Portanto, a igualdade poderá ser um critério de razoabilidade na aplicação da justiça, pois, a casos semelhantes, deverá ser aplicada a mesma solução. Neste sentido, a igualdade será uma garantia de imparcialidade na aplicação do direito e proteção contra o arbítrio, pois, se todos são sujeitos de direito e iguais perante a Lei, ao Juiz, caberá decidir de forma igual nos casos semelhantes.

Canaris, ao definir as características do conceito geral do sistema jurídico, afirma que:

As características do conceito geral do sistema são a ordem e a unidade. Eles encontram a sua correspondência jurídica nas idéias da adequação valorativa e da unidade interior do Direito; Estas não são apenas pressuposições de uma jurisprudência que entenda a si própria como Ciência e premissas dos métodos tradicionais de interpretação, mas também, e sobretudo, consequências do princípio da igualdade e da “tendência generalizadora” da justiça, portanto, mediatamente, da própria “idéia de Direito”. Entretanto, a explicitação de quais critérios serão aplicados a cada caso conduz a outras questões atinentes à concepção de justiça. (1989, p. 278).

Para Chaïm Perelman, há algo comum a todas as concepções de justiça, o que ele denomina de justiça formal ou abstrata, ou seja, todas elas poderiam ser definidas como “um princípio de ação segundo o qual os seres de uma mesma categoria essencial devem ser tratados da mesma forma” (1999, p. 19). O autor desenvolve tal explicação da seguinte forma:

- “1) a cada qual a mesma coisa;
- 2) a cada qual segundo os seus méritos;
- 3) a cada qual segundo suas obras;
- 4) a cada qual segundo suas necessidades;
- 5) a cada qual segundo a sua posição;
- 6) a cada qual segundo o que a lei atribui”.

Todavia, ainda que apliquemos em casos semelhantes a regra da igualdade com a regularidade necessária para que seja, de fato, uma regra, as concepções sobre quais os critérios que devem estipular a categoria semelhante podem modificar a solução final do problema. Então, a construção da categoria de quem é semelhante a quem e de quem merece ser tratado da mesma forma que o outro (e quando), será definitiva na aplicação da justiça.

Portanto, a igualdade pode ter muitos sentidos, como aquela que denominamos de igualdade formal (de todos perante a lei, ou seja, de todos serem tratados da mesma forma quando na mesma situação jurídica) ou de igualdade material (que pode ser entendida como o direito de todos terem acessos aos direitos, bens e serviços considerados essenciais e básicos). É importante, ainda, ter em mente que a igualdade é um conceito sempre em construção, pois sempre poderemos incluir na titularidade de um direito, novos grupos – como companheiros e companheiras do mesmo sexo terem garantido o direito aos benefícios por morte, da mesma forma que os companheiros e companheiras de sexos diferentes, ou como crianças e adolescentes com deficiências terem garantido o direito à inclusão em salas dos cursos regulares de ensino.

Iniciamos, assim, uma reflexão sobre a Justiça, emaranhando-a com as formalidades do que os autores denominam de Teoria Social Cognitiva. Essa teoria foi desenvolvida na década de 1980, pelo professor Albert Bandura, Bandura – que começou suas pesquisas

estudando o desenvolvimento humano na área da educação, mas, logo, foi desenvolvendo estudos sobre o comportamento do homem em outros segmentos (como saúde, esporte, violência e psicologia) dentro dessa mesma teoria, a saber:

O homem forma seu padrão moral por meio da junção dos modelos que está exposto e dos seus fatores pessoais. Os modelos podem exercer uma influência positiva e, neste caso, recebem uma aprovação social ou podem exercer influência negativa, quando o homem, de certa maneira, age contrário à moral e seus atos são reprovados pela sociedade, podendo inclusive receber sanção legal por agir de tal maneira (BANDURA, 2008, *apud* PYLRO, 2018, p. 54).

Nesta passada, entendemos com Bobbio (2000), a partir da sua discussão sobre poder e democracia, que a sonhada igualdade social, assim como a democracia de Bobbio, são assuntos decorrentes de promessas não cumpridas. O autor, ao conceituar poder intelectual como diverso de poder ideológico, adentra ao conceito de Democracia, como não uso da violência e, sim, das palavras, da argumentação, dos acordos. Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p.8),

A linguagem política é notoriamente ambígua. A maior parte dos termos usados no discurso político tem significados diversos. Esta variedade depende, tanto do fato de muitos termos terem passado por longa série de mutações históricas – alguns termos fundamentais, tais como “democracia”, “aristocracia”, “déspota” e “política”, foram-nos legados por escritores gregos -, como da circunstância de não existir até hoje uma ciência política tão rigorosa que tenha conseguido determinar e impor, de modo unívoco e universalmente aceito, o significado dos termos habitualmente mais utilizados. A maior parte destes termos é derivada da linguagem comum e conserva a fluidez e a incerteza dos confins. (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1998, p.8)

Neste sentido, a EJA está relacionada à afirmação do princípio da não-discriminação, ou seja, reconhece-se que todos são iguais perante a lei e que, portanto, não pode haver discriminações que excluam determinadas pessoas ou grupos do exercício de determinado direito por terem realizado determinadas escolhas de modo de vida, como a opção religiosa, ou por possuírem determinadas características intrínsecas, como as de gênero ou de classe social. Entretanto, a simples declaração do direito à igualdade pode significar pouco, tanto no âmbito do reconhecimento, como naquele da redistribuição.

É sabido que “A educação de jovens e adultos é toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários”. (PAIVA, 1973. p. 16). Regina Hara ainda acrescenta que

[...] estes adultos trabalhadores estão situados nos postos de maior desgaste físico, são aqueles que mais dificuldades possuem para chegar ao trabalho, premiados pelas condições precárias nos serviços de transporte, são, enfim, aqueles que, imersos no mundo do trabalho e condicionados pela maneira como ele se realiza, dispõem, o de pouco tempo para sua formação e, quando dispõem, o cansaço é um limitante significativo. (HARA, 1992. p. 2).

No entanto, ela ainda afirma que “[...] entre as tantas dificuldades socialmente impostas aos sujeitos adultos das camadas populares, a escolarização se apresenta com menor relevância para sua sobrevivência”.

Segurança e violência

Falar de segurança e de violência exige a percepção de que a atuação do homem em sociedade é uma atuação política. Na visão de Bobbio, a palavra política é derivada de politikós do grego e diz respeito a “quem” ou a “o que” pertence à cidade (isto é, à pólis). Desta forma, a política é uma prática humana antiga. Diante disto, seria possível dizer que o poder político seria uma forma legítima, permitido pela tradição familiar. No entanto, este poder é exercido pelos governantes e governados, onde existe um consenso da sociedade que legitima o exercício deste poder.

Logo, entende-se que “O poder político funda-se sobre a posse dos instrumentos através dos quais se exerce a força física (armas de todo o tipo e grau): é o poder coativo no sentido mais estrito da palavra” (BOBBIO, 2000, p. 163). Portanto, o poder político é exercido sobre um determinado grupo social em um determinado território. Desta forma, Bobbio enquadra a finalidade do poder político como um cumpridor de metas para um determinado grupo social. Há de se observar que Bobbio delimita o poder político a um poder da esfera do Estado, logo, seu exercício possui várias formas históricas.

Em um breve momento da história, o homem precisou se proteger dos animais e formou uma família, evoluindo para uma forma de sociedade. Rousseau (1983) afirma ser o conhecimento do homem o mais importante de todos, porém a grande dificuldade está em distinguir o homem como deveria ser, do homem que se transformou. Ao falarmos de segurança e de violência, enfrentamos a definição do direito natural em função não do estado social, que é posterior ao estado de natureza, mas do homem natural original. Tal direito natural tem dois fundamentos: o instinto de conservação, que prende o homem a si

mesmo, e a piedade, que o prende a outrem.

Para falar de segurança e de violência, deparamo-nos com a tese de um amoralismo integral no estado natural, pois o homem (por não ser bom, nem mau) ignora tanto as virtudes quanto os vícios. É neste sentido a crítica a Thomas Hobbes (1983), por ter acreditado que, para conservar a si mesmo, impunha-se lutar com os outros e matá-los ou torná-los escravos. Hobbes pretende que o homem é naturalmente intrépido e não procura senão atacar e combater.

Assim tanto a Segurança Pública quanto a Educação se encontram muito bem acolhidas nas instituições, por serem direitos fundamentais estampados em nossa Constituição e por atenderem os direitos da sociedade.

ANÁLISE DA EJA EM TEMPOS DE PANDEMIAS

Sem dúvida a dedicação e a resiliência fazem parte de qualquer estratégia de sucesso. Não mudaremos o foco da pesquisa, mas narraremos a capacidade da ciência em detectar e vencer, no período da pandemia, um vírus terrível que foi identificado com o RNA da ordem dos *Nidovirales*, família dos *Coronaviridae* – encontrados em muitas espécies de animais como camelos, gados, gatos, aves e morcegos, que raramente infectam humanos e que foram isolados pela primeira vez em 1937 (BRASIL, 2020, p. 7). No cenário internacional, este vírus foi detectado pela primeira vez na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, entre 12 e 29 de dezembro de 2019, por um agente viral que estava associado ao mercado de *Huanan Seafood Wholesale Market*, em Wuhan. Em 7 de janeiro de 2020, ele foi classificado como um novo tipo de coronavírus, SARS-COV-2 que posteriormente passou a se chamar CoV-2019 ou, ainda, Covid-19 (CALDAS; TAVARES, 2020, p. 10).

Os principais sintomas causados em animais são infecções respiratórias, gastrointestinais, hepáticas e neurológicas, mas apenas sete destes vírus causam doenças respiratórias em humanos. As formas de maior gravidade em humanos são três: o SARS-CoV, identificado em 2002 como a causa de um surto da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS ou SRAG); o MERS-CoV, identificado em 2012 como a causa da Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS) e o SARS-CoV-2, o novo coronavírus, identificado como agente etiológico da doença pelo coronavírus 2019 a Covid-19 (BRASIL, 2020, p. 7).

O tempo de exposição ao coronavírus e o período de incubação é de cinco a seis dias, podendo chegar até a 14 dias. Os sinais e sintomas mais comuns da Covid-19 são febre, cansaço e tosse seca; mas outros também tem sido associados a ela, como dores no corpo, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Os pacientes podem desenvolver a forma grave da doença ou ter sintomas leves e graduais (e, em casos, até desenvolver a forma assintomática). Cerca de 80% das pessoas se recuperam da doença sem precisar de tratamento hospitalar, mas uma em cada seis pessoas infectadas fica gravemente doente, desenvolvendo dificuldade de respirar

(Síndrome Respiratória Aguda Grave – SRAG). Os mais suscetíveis são as pessoas idosas e as que tem doenças de base, como pressão alta, problemas cardíacos, problemas pulmonares, diabetes ou câncer. Mas isso não quer dizer que pessoas saudáveis e jovens não terão a doença ou que elas deixarão de ficar gravemente doentes.

Houve uma dúvida quanto à classificação do novo coronavírus: se ele seria classificado como desastre natural, além do ser um desastre biológico. Nesse sentido, Carvalho (2020, p. 3) argumenta que: “A Pandemia causada pelo novo coronavírus como um verdadeiro desastre, tendo este desencadeado uma desestabilização social, o que redundou em decretações generalizadas de excepcionalidade institucional”. Em seu parecer como advogado, este autor explica que, para a OMS, o coronavírus é classificado como uma doença zoonótica, isto é, transmitido de animais para pessoas, e diante da confirmação da transmissão comunitária no Brasil é publicado pelo MS boletins com medidas “não farmacológicas”, uma vez que não havia vacinas ou medicamentos específicos para a infecção. Nesses boletins “São estratificados cenários de transmissão e apresentadas recomendações aos gestores estaduais e municipais” (HENRIQUES, 2020, p. 31), assim como as devidas medidas a serem adotadas:

Duas fases de resposta foram descritas, a de contenção, enquanto não houvesse transmissão comunitária e fosse possível agir para limitar a propagação do vírus e a de mitigação, para reduzir a ocorrência de casos graves e óbitos. O texto é acompanhado de um gráfico, com a comparação dos desenhos possíveis para a curva epidêmica, caso a epidemia seguisse sua história natural ou se fossem adotadas medidas para contê-la (HENRIQUES, 2020, p. 32).

Foi decretada uma medida chamada de “Lockdown” que significa uma medida de polícia administrativa (baseada em quarentena e distanciamento social horizontal ou vertical), atribuída à administração pública em que consiste aos Estados e Municípios adotarem medidas de fechamento de escolas e restringirem a entrada e a saída da cidade, formando um bloqueio total. Desta forma, só restaria o acesso às escolas por meio remoto, o que para alguns alunos da EJA se tornou dificultoso ou impossível de acordo com o seu nível de capacitação acerca do acesso às plataformas tecnológicas.

A pandemia global implicou diversas ações por parte do governo, sendo uma delas a determinação do fechamento das escolas o que impediu o acesso ao ambiente escolar. Era uma forma de evitar a disseminação do vírus da Covid-19. Tal decisão fez parte de

um pacote de orientações emanado do OPAS no sentido de alertar sobre os princípios e as medidas sociais e de saúde pública para as instituições de ensino. Tais determinações visavam:

Assegurar a continuidade da aprendizagem e do desenvolvimento seguro, adequado e apropriado das crianças nos domínios educacional e social./ Minimizar o risco de transmissão do SARS-CoV-2 entre crianças, professores e outros funcionários dentro das escolas e em ambientes de ensino./ Evitar que as escolas atuem como amplificadores da transmissão do SARS-CoV-2 nas comunidades./ Garantir que as medidas sociais e de saúde pública relativas às escolas estejam integradas e complementem medidas mais amplas adotadas no âmbito das comunidades (OPAS, 2020, p. 2)

Segundo Alves *et al.* (2020), a partir da segunda quinzena de março, em vários estados brasileiros, os estabelecimentos de ensino cessaram as atividades presenciais com base em normativas que impuseram restrição ao seu funcionamento. Contudo, a Opas sugere que “a decisão de fechar ou reabrir escolas deve ser orientada por uma abordagem baseada em risco, tendo em vista a epidemiologia local da Covid-19”, devendo as escolas se adaptarem para operar com segurança para toda a população (professores, alunos, entre outros). Logo é necessário avaliar o impacto que o fechamento das escolas pode ter em termos de prejuízo educacional, porém não se pode esquecer do bem-estar das crianças.

Os alunos e as alunas tiveram que mudar sua rotina e se adaptar ao acesso tecnológico, mas ainda havia o perigo da transmissão realizada através do contato direto e indireto de uma pessoa contaminada para outra saudável, o que muitas vezes ocorria dentro da própria casa (seja por gotículas de saliva ou através de superfícies contaminadas por estas gotículas). Além disso, foram demitidos, gradativamente, os professores temporários, os estagiários e os funcionários de limpeza e de alimentação que eram contratados por empresas terceirizadas (ALVES *et al.*, 2020a, p. 979). No tocante a essa situação, Alves *et al.* (2020a, p. 979) ainda acrescentam que o grande problema dos alunos da rede pública é que muitos não dispõem de computadores, de acesso à internet, de espaço físico e de móveis para realização das atividades na sua residência, além da alimentação comprometida pela falta da merenda escolar.

A decisão de fechar total ou parcialmente os estabelecimentos de ensino cabe aos governantes locais, de acordo com o risco de transmissão da Covid-19. Segundo a

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020, p. 2), “O fechamento das escolas claramente tem impactos negativos na saúde, educação e desenvolvimento das crianças, na renda das famílias e na economia em geral.” Para evitar o período de pico da Covid-19, vários estados do país optaram pelo fechamento das escolas a partir de março, implementando o ensino remoto. A partir de novembro, as aulas presenciais retornaram, oferecendo à população a opção do retorno às aulas de modo presencial, de modo remoto e/ou híbrido (presencial para alguns e remoto para os demais).

As instituições privadas, tanto da Educação Básica como da Educação Superior, implantaram suas ações em moldes já utilizados pelas plataformas de Educação a Distância (EaD). Esta forma ocorreu com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais em distintos graus de adesão. A maioria das Universidades Federais 76,8% interromperam as aulas de graduação, as demais estavam realizando atividades remotas ou atividades parciais (BRASIL, 2020b, p. 13).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) preconiza, especificamente no art. 32, que “o ensino fundamental será presencial, sendo a modalidade de ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (BRASIL, 1996, p. 11). Desta forma, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) legaliza a carga horária de ensino remoto de trabalho docente.

Da mesma forma que os alunos tiveram dificuldades com este novo processo de aprendizagem, os professores também tiveram com o ensino online. Alguns não tinham domínio tecnológico, além do aumento da sua carga horária laboral, devido à obrigatoriedade de também ter disponibilidade para fazer o atendimento personalizado à distância, dando uma atenção individualizada ao aluno, como um trabalho tutorial. O governo, em nenhum momento, repassou verba adicional para os docentes no sentido de ajudá-los a implementar melhorias para seu novo ambiente de trabalho.

Diante de todas as dificuldades relacionadas acima, tanto por parte dos docentes como dos discentes, o ano letivo de 2020 no Brasil, até o mês de outubro, foi basicamente com aulas remotas e, a seguir, foram sendo retomadas as atividades em algumas localidades no mês de novembro de forma híbrida. Porém, no mês de janeiro de 2021, novamente

devido ao aumento de casos e de óbitos, foi necessária uma nova suspensão das aulas presenciais, permanecendo o ensino remoto.

Portanto, para cumprir a Constituição de 1988, ainda que com um Plano Nacional de Educação, já estabelecido e afim de articular melhor os diversos níveis do ensino. A mesma lei maior determinou que coubesse ao poder público promover ações no sentido de alcançar metas primordiais na educação, como a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar de base, a melhoria da qualidade do ensino e a promoção humanista, científica e tecnológica do país. O prazo para a erradicação do analfabetismo do país foi fixado em 1998. Porém o Brasil, então, chega na pandemia global com alunos e alunas que analfabetos digitais, que, por conta disto, não conseguem ter atividades nas plataformas e ter acessos de qualidade para sua formação na EJA.

A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa traz ao público, inicialmente, dados de como uma escola municipal de Vila Velha lidou com a educação de alunos e alunas da EJA em tempos de pandemia, efetuando, assim, uma análise de possíveis problemas encontrados no processo de comunicação entre docentes e discentes e no acesso à informação através das plataformas digitais utilizadas para o processo de ensino e aprendizagem durante o contexto da pandemia da covid-19. Além disso, a investigação também buscou compreender o entendimento desses discentes sobre justiça, desigualdade, direitos sociais, segurança e violência, através de uma abordagem metodológica de inspiração etnográfica.

O espaço delimitado foi uma escola municipal de um bairro de classe pobre – um dos UMEF – que recebeu o nome fictício de “Saturno”. As entrevistas com os voluntários da pesquisa (isto é, os alunos e as alunas da EJA que funciona nesta escola) foram fundamentais para melhor entender os objetivos de cada segmento, bem como buscar respostas a fim de resolver o problema da pesquisa. Havia várias gerações em sala de aula – isto é, havia desde jovens (que, por terem ficado reprovados na parte da manhã, viram na EJA a oportunidade de recuperar o tempo de estudo perdido) até alunas idosas (que, pela primeira vez, estavam estudando em uma escola, e que só puderam ingressar na EJA após casarem e terem filhos e netos), assim como alunos que retornaram por motivo de continuação dos estudos. Enfim, vários são os motivos aqui expostos sobre questões que perpassam a vida do homem e da mulher estudante da EJA, nas redes municipais de ensino (UMEF).

Antes da Pandemia, havia 200 alunos na escola e, no mês de junho, a frequência caía para 100 alunos. Após a pandemia, havia cerca de 50 alunos e por volta do mês de junho a frequência caiu para cerca de 25 a 30 alunos. As salas ficaram vazias e, só após a distribuição de cestas básicas e roupas, é que alguns voltam.

Na EJA do colégio “Saturno”, antes da pandemia, poucos alunos se matricularam e permaneceram em sala ao longo desse período. Atualmente, essa modalidade conta com 8 salas, com no máximo 50 alunos em cada uma, porém, nem todos frequentam as salas de aula, ainda que tenham benefícios para estudar, como bolsa-aluno, uniforme, tênis, cesta

básica e demais auxílios advindos de projetos sociais (Programa internet Brasil).

Fui orientado a iniciar a pesquisa com o 1º segmento e em seguida com o 2º segmento. Para não atrapalhar a dinâmica das aulas, nós nos organizamos, inicialmente, para ficarmos nas salas de aula por períodos que não fossem superiores a 20 minutos, mas acabamos optando por ficarmos 15 minutos em cada sala. Dentre os dois segmentos, o 1º mostrou-se bastante interessante devido a história de vida de cada um dos discentes.

Com a apresentação de tais entrevistas, qualquer proposição pode ser submetida à crítica comum e ao mesmo tempo levada a sério, pois toda a proposição colocada era a priori considerada defensável, contanto que havia para cada argumento uma esquivada num clima de liberdade intelectual e de igualdade de todos os participantes, de maneira a não demonstrar insegurança ao pesquisador, mas, com um clima de certa intolerância a questões como aquelas ligadas à segurança e à violência, e à justiça e à política. No entanto, algumas respostas foram completamente descabidas, no entanto colocadas na pesquisa como modo satisfatório que não deve ser modificado.

Há os que não queriam responder às questões e isto nós respeitamos, e os que não sabiam responder as questões o que nos remete a Freire quanto ao mutismo do brasileiro: “Lá. Também, o “mutismo” brasileiro. As sociedades a que se nega o diálogo – comunicação – e, [...], se fazem preponderantemente “mudas”. O mutismo não é propriamente inexistência de resposta. É resposta a que falta teor marcadamente crítico” (1999, p. 77).

Foram entrevistados vinte e quatro (24) interlocutores, sendo que vinte e dois (22) responderam a entrevista na sala de aula, e, dois (2) nos corredores, a saber:

- Nove (9) respondeu ao quesito dezessete (Como você definiria justiça? Democracia? Direitos sociais);
- Sete (7), que responderam ao quesito dezoito (Como você define políticos de esquerda e de direita);
- Seis (6), que responderam ao quesito oito (Quanto a sua percepção nas questões de justiça, você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a participação política? Você

acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?) e dezenove (Qual a importância da EJA em suas trajetórias?);

- Cinco (5) responderam aos quesitos três (Qual é o objetivo do ingresso nas aulas da EJA?), sete (você repetiu de ano e/ou precisou abandonar os estudos?), catorze (Você se identifica mais com o aspecto político da direita ou esquerda? Por quê?) e quinze (Você defende que o Estado deva garantir direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.?);
- Quatro (4) responderam ao quesito 6 (Você na pandemia teve dificuldade de lidar com as tecnologias ou plataformas digitais?);
- Três (3) responderam aos quesitos das categorias dois (Quais as características dos participantes quanto ao local e tempo de trabalho e estudo diário?), cinco (Você, no período da pandemia, soube se houve alguma capacitação para acesso dos alunos do EJA, incluindo acesso as plataformas online, chats para discussão das temáticas disciplinares?), dez (Como foram suas aulas no EJA na (s) escola (s) por onde passou?), e treze (Qual a sua percepção a respeito de direitos sociais?); e
- Dois (2) responderam aos quesitos das categorias um (Quais os dados pessoais como características dos participantes quanto ao sexo, idade, raça/etnia?), quatro (Qual é o local onde mora?), nove (O que costuma fazer no seu tempo livre?), e onze (Você gostava/gosta das aulas na plataforma ou presenciais? Por que?).

Ao redigir a pesquisa, procuramos captar a sensibilidade de cada interlocutor e reproduzir tais relatos, com as devidas revisões, a fim de oferecer ao leitor não apenas um esboço claro e uniforme dos procedimentos científicos; mas também compreender as devidas semelhanças e diferenças entre tais falas. Com este estudo, traçamos um perfil dos discentes da EJA, que pode ser compreendido a partir das distintas visões que os voluntários desta pesquisa forneceram acerca das atividades realizadas na escola municipal no período da pandemia global.

Apresentação das discussões

A docente destaca uma questão importante, o que faz sua declaração ser especial. Segundo ela, durante a Pandemia, as atividades (que não eram muitas) ficavam à disposição dos alunos na escola e, dentre os poucos alunos que faziam as questões, vários deles não tinha muito compromisso por realizá-las, ou seja, muitos não vinham pegar as atividades e, quando pegavam, muitos não entregavam nem faziam; mas a ordem da grade curricular era passar o aluno de qualquer forma. Para evitar problemas maiores existia essa separação entre alunos para uma maior igualdade entre eles sendo alunos de 7^a série “A” todos menores de idade e alunos de 7^{ab} todos eram maiores.

A docente também informou que alguns alunos só compareciam à escola para pegar cesta básica. Nesta ocasião, havia cerca de 20 alunos em sala de aula. Mesmo o prefeito distribuindo bolsa, uniformes e dando cesta básica, os alunos/alunas não compareciam para assistir às aulas.

Também foi informado que alguns alunos de 7^a série, na verdade, estavam na 1^a série, pois foram passados de ano totalmente sem condições – apenas em cumprimento à grade curricular, que determinava a não reprovação dos alunos. Na sexta-feira, havia somente aula de reforço, o que dificultava ainda mais o cumprimento da grade curricular da EJA, pois reduzia o tempo das aulas drasticamente.

Para a percepção da categoria democracia, a entrevistada nº 01 e o entrevistado 04 afirmaram ser a possibilidade de escolher em quem votar. No entanto, o entrevistado 4 mencionou que não daria o seu voto a nenhum político, pois não confiava neles. Entre os casos analisados, encontramos situações em que alguns alunos assumiam preferir anular o voto à escolher algum candidato.

O entrevistado 13 mencionou que nada entendia de democracia, porém, entendia que Hitler era uma forma de ditadura. Apesar de não diferenciar regimes democráticos, o entrevistado 13 nos mostra um certo entendimento quanto ao regime de governo. Logo, a pesquisa entende que eles têm as percepções de regime de governo que podem ser bons ou ruins para o povo.

Quanto à percepção de Justiça, a entrevistada nº 1 relaciona “uma confusão de Bulling com um crime de racismo”.

No que tange à percepção de Segurança Pública, o entrevistado 9 comenta que o fato de morar em um bairro muito violento fez com que seus pais o proibissem de sair à rua e, conseqüentemente, isso o impediu de frequentar as aulas no período apropriado para sua idade. Sua percepção sobre violência, remete aos assaltos ocorridos em pontos de ônibus, em que as vítimas nunca são ressarcidas. Ele critica também situações como casos de violência doméstica, que resultam, em sua opinião, em feminicídio.

Quanto à evasão escolar, o governo procura solucionar o problema com projetos e políticas públicas tais como doação de uniformes, cestas básicas e refeições antes das aulas. Mas há discentes que recebem os uniformes e não os usam. Quando questionado, o entrevistado 14 falou que isso “espanca a moda” (uma forma de dizer que uniforme não é adequado a moda).

Quanto ao conhecimento sobre projetos sociais na EJA, o entrevistado 12 diz que não tem conhecimento de nenhum projeto para prevenir ou ajudar os adolescentes em situação de violência ou de evasão escolar.

Na percepção da categoria sobre evasão escolar, o entrevistado 19 esclareceu que saiu da escola no período regular após ser reprovado por faltas e por bagunça, o que o revoltou e o fez ficar três anos sem estudar. Também justificou sua evasão escolar pelo fato de que a escola não lhe fornecia ambiente que justificava a sua permanência. Ele finaliza dizendo que nenhum proveito tirou dos conhecimentos e se censurando de ser reprovado e de sua decisão de sair da escola.

Diversos são os motivos para o retorno à escola, como o caso do entrevistado 5, que estuda para adquirir conhecimento, pois encontra na educação a questão da sobrevivência. Ele menciona também a questão das máquinas, que invadiram, com sua tecnologia, a área rural, forçando os moradores a estudarem para entender como operar tais máquinas no trabalho rural.

O entrevistado 10 trabalha o tema cidadania como direito a alguma coisa e cita, como

exemplo, o direito de poder exercer livremente a cidadania com o voto. Quanto a partidos políticos, ele diz que são complexos. O entrevistado 16, por sua vez, ligou a categoria cidadania aos direitos políticos. Já o entrevistado 17 mencionou que o ex-presidente Lula é do partido de esquerda e que o Brasil não é um País justo. O entrevistado 5, por outro lado, mencionou, quanto ao tema de política, que o governo do PT facilitava o ensino e que a era Lula foi a melhor.

Para a maioria dos alunos da EJA, as plataformas não tiveram nenhuma influência, já que suas atividades foram disponibilizadas de forma impressa pela escola; e, para outros, o acesso à internet serviu apenas como forma de entretenimento (como no caso do entrevistado nº 22, que utilizava o chip da internet para jogar, pois não havia atividades digitais disponibilizadas na plataforma).

Os estudantes da EJA relataram que, mesmo encontrando enormes dificuldades para poderem estudar (como uma carga de trabalho intensa), retornavam diariamente à sala de aula com o objetivo de concluir o seu curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa constatou que inúmeras mudanças ocorreram na Educação de Jovens e Adultos, através de uma análise bem detalhada de cada época da educação, passando desde o Brasil colonial, Brasil Imperial, adentrando o século XXI, com a fixação constitucional de 1988 e chegando ao primeiro semestre de 2022.

Dentre as principais questões levantadas, o estudo revelou que: (i) no período da pandemia, ninguém teve aula remota; (ii) foi disponibilizado material didático pela escola (e que alguns alunos pegavam esse material na escola e o levavam para fazer em casa); e (iii) foi disponibilizada uma plataforma digital, mas alguns dos alunos não sabiam acessá-las.

Conclui assim a pesquisa que não existe uma fórmula mágica para a educação e, como Paulo Freire ensinava, “que mesmo de pés descalços em baixo de uma árvore se aprende ler e escrever”. Portanto, este trabalho foi elaborado com intuito de explicar uma tendência histórica da educação brasileira: a necessidade em tempos de pandemia da alfabetização escrita e alfabetização digital.

Outro ponto observado na pesquisa foi o fator da repetência escolar que, sem dúvida, é um dos fatores de desânimo de alunos e alunas e, portanto, provocam a maior parte da evasão escolar. A reprovação escolar, sem dúvida, é um dos motivos de prejuízo no retardamento de alguns alunos e está associada à ideia de que é um “eterno mau aluno”. São graves suas consequências para o ensino.

As transformações na escola “Saturno” processaram-se no ensino da EJA quando os educadores foram forçados a comprarem computadores/notebooks para ministrarem aulas durante a pandemia. Neste sentido, o acesso a alunos que tinham internet estava facilitado, mas, aos que não tinham tal acesso e que pertenciam ao CadÚnico (Cadastro Único), era disponibilizado um chip com internet grátis para acessar as plataformas da escola.

Os conflitos são muitos: desde pais, maridos, que não permitiam o estudo de filhos/ esposas a jovens que bagunçam e faltam, até serem reprovados por duas ou três vezes. Os conhecimentos de alunos que vieram do turno diurno para reparação do tempo na EJA são

bem desiguais em relação aos que ali estão para iniciar os estudos, além do fato de haver entre eles alguns que nunca acessaram a internet e outros que acessam apenas para jogar. Há ainda alunos que têm celular e se comunicam apenas por áudio; enquanto há outros que se comunicam por plataformas sociais como Instagram e até mesmo tem conhecimentos de como acessar a *Deep Web*. Neste sentido, compreendeu-se que a Alfabetização Digital é uma das prioridades para a formação não só dos alunos e das alunas da EJA, mas também dos docentes desta modalidade.

Foi a possibilidade de efetuar a pesquisa a partir da investigação na sala de aula com os alunos e alunas da EJA, que nos permitiu apreciar o tamanho do problema ocorrido durante a pandemia global: alguns dos sujeitos praticantes da escola Saturno passaram de ano e outros se formaram sem o mínimo de conhecimento para a série concluída. Dessa forma, foi possível saber em que medida os alunos foram prejudicados, principalmente por não poderem fazer suas atividades devido à falta de conhecimentos na área da informática.

A partir das respostas coletadas, concluiu-se que, devido a pandemia global, os discentes da EJA tanto no 1º quanto no 2º segmento não podiam ser reprovados, independentemente de terem feito ou não as atividades. No entanto, a adoção dessa política de aprovação nos impede de dimensionar os prejuízos que ela causou na formação dos alunos e das alunas da EJA.

Nesse contexto de quarentena global da COVID-19, mudanças foram necessárias para adaptação aos novos modos de ensino e aprendizagem não só na EJA, mas em todos os níveis e em todas as modalidades da educação brasileira. A partir de legislações já existentes e de outras criadas nesse novo contexto, foi possível reorganizar as atividades educacionais nesse novo cenário.

Nesse movimento de procura e de encontro com a educação de jovens e adultos, foi possível observar as mudanças ocorridas entre os momentos de pandemia e de pós pandemia. A EJA, desde a sua criação no Brasil colonial até a atualidade, coloca-se como uma modalidade de educação reparadora das desigualdades sociais. Mas, foi com a pandemia que as situações de exclusão começaram a gritar, mesmo estando há muito tempo arraigadas nos sistemas de ensino. No tempo de pandemia, vieram as maiores

mudanças tecnológicas, com aspectos que influenciaram o acesso às plataformas digitais.

Em 2022, houve o retorno das aulas de forma totalmente presencial, com uma sensação que paira no ar, de tempos diferentes. Os estudantes da EJA apontam, em suas falas, não somente críticas a um país desigual, mas também a constatação dos benefícios como políticas públicas e retorno às salas de aula dos alunos que não tiveram oportunidade no tempo normal. Depois da pandemia global, o aparelho escolar da EJA adotou uma série de medidas que fazem parte de um continuum de estudos que começaram a ser realizados desde o início dessa crise sanitária global.

Assim, os alunos da escola “Saturno” contribuíram para que pudéssemos compreender as dificuldades do processo de aprendizagem, principalmente no acesso à tecnologias. Neste ponto, os professores também tiveram dificuldades, o que fez com que estes passassem por adaptações para realizar o ensino online. Alguns docentes, além de não terem domínio tecnológico, tiveram de lidar com o aumento da sua carga horária laboral, por causa da disponibilidade de atendimento personalizado à distância com atenção individual ao aluno, como um trabalho tutorial. Os professores ainda apontam a ausência do repasse de verbas adicionais para efetivação das suas docências, no sentido de ajudá-los a implementar melhorias em seu novo ambiente de trabalho, o virtual, com todas as aparelhagens que isso exige.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2002;
- ALVES, Thiago *et al.* Implicações da pandemia da COVID-19 para o financiamento da educação básica. *Revista de Administração Pública* | Rio de Janeiro 54(4):979-993, jul. - ago. 2020a.
- BANDURA, A.; AZZI, R. G. e POLYDORO, S. *Teoria Social Cognitiva: Conceitos básicos*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- _____. *Igualdade se Liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 1996.
- _____. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- _____. *Diário de um século: Autobiografia*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- _____; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- _____. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- _____. *O futuro da democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *O filósofo e a Política*. Tradução de Cesar Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- _____. *A era dos direitos*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 17 set. 2022
- _____. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- _____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF; Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- _____. Lei nº. 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- _____. Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – (FUNDEB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 24 abr. 2022.

_____. Decreto Legislativo nº. 592, de 06 de dezembro de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em: 09 set. 2022.

_____. Diretrizes Operacionais da EJA. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV151_MD1_SA112_ID9135_29072021204029.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2022.

CALDAS, João Paulo; TAVARES, Margarida. Da emergência de um novo vírus humano à disseminação global de uma nova doença — Doença por Coronavírus 2019 (Covid-19) Epidemiologia da Covid-19, EPIU, 2020. Disponível em: <<http://asset.youoncdn.com/ab296ab-30c207ac641882479782c6c34/070b44658f5569888804a14826ae273c.pdf>> Acesso em: 20 out. 2022.

CARVALHO, Délton Winter de. A natureza jurídica da Covid-19 como um desastre biológico. Boletim de notícias Conjur.13/04/2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-abr-13/delton-winter-natureza-juridica-covid-19-desastre-biologico2>>. Acesso em: 20 out. 2022.

CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

COLAVITTO, Nathalia Bedran; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. Educação de Jovens e Adultos (EJA): A Importância da Alfabetização. Revista Eletrônica Saberes da Educação, Montes Claros, MG, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Nathalia.pdf>. Acesso em: 09 set. 2022.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997.

_____. Política e Educação. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

FRIEDRICH, et. al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil; de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais, Rio de Janeiro. v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

FAVERO, Osmar. Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____; FREITAS, Marinaide. A Educação de Adultos e Jovens e Adultos: Um olhar sobre o passado e o presente. Revista Inter Ação, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 365-392, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/16712>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

GOFFMAN, Erving. A representação do EU na vida cotidiana. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARA, Regina. Alfabetização de adultos: ainda um desafio. 3. ed. São Paulo: CEDI, 1992.

HENRIQUES, Claudio Maierovitch Pessanha. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. Estud. av. vol. 34 no. 99. São Paulo: May/Aug, 2020. Epub July 10, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142020000200025&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 out. 2022.

HOBBS, Thomas. Leviatã ou Matéria: forma e poder de um estado eclesiástico e civil. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Pensadores.

KOLM, Serge-Christophe. Teorias modernas da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, Juscelino. Discurso na abertura do II Congresso Nacional de Educação de Adultos. Associação Brasileira de Educação. Revista Educação, n. 61, 1958, p. 3.

MARRA, Maria Lúcia Martins Pedrosa. Violência e transgressão na periferia de Belém: sociabilidade e os arranjos criminosos no espaço de ocupação Riacho Doce. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará: Belém, 2009.

MATTOS, Luiz de. Primórdios da educação no Brasil: o período heróico (1549-1570). Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. História da Educação Brasileira: A organização escolar. 8. ed. São Paulo: Autores Associados / Cortez, 1988.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Do Contrato Social: Ensaio sobre a origem das línguas. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Discurso sobre as ciências e as artes. Tradução de Lourdes Santos Machado. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Pensadores.

SEN, Amartya. Desigualdade reexaminada. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: <https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf>. Acesso em: 08 set. 2022.

VIEIRA, M. C. Fundamentos históricos, políticos e sociais da Educação de Jovens e Adultos. v. 1: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

APÊNDICE I

Quantidade de informantes por categoria

Tabela 1 - Quantidade de informantes por categoria

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS	ALUNOS
1	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	2
2	Características dos participantes quanto ao local e tempo de trabalho e estudo diário	3
3	Que importância você atribui às aulas da ELA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas?	5
4	Onde você mora?	2
5	Você sabe se, no período da pandemia, houve alguma capacitação para acesso dos alunos da EJA (incluindo acesso as plataformas online, chats para discussão das temáticas disciplinares)?	3
6	Na pandemia, você teve dificuldade de lidar com as tecnologias ou plataformas digitais?	4
7	Você repetiu de ano e/ou precisou abandonar os estudos?	5
8	Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?	6
9	O que costuma fazer no seu tempo livre?	2
10	Como foram suas aulas na EJA na (s) escola (s) por onde passou?	3
11	Você gostava/gosta das aulas na plataforma ou presenciais? Por que?	2
12	Como acha que devem ser as aulas na EJA?	2
13	Qual a sua percepção a respeito de democracia e de direitos sociais?	3
14	Você se identifica mais com o aspecto político da direita ou esquerda; Porque?	5
15	Você defende que o Estado deva garantir direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.?	5
16	Quando se fala em desigualdade, qual é a primeira coisa que aparece para você: desigualdade de renda, de acesso, de raça, gênero, sexualidade, etc.?	3
17	Como você definiria justiça, democracia e direitos sociais?	9
18	Como você define políticos de esquerda e de direita?	7
19	Qual a importância da EJA em sua trajetória?	6

APÊNDICE II

Resumo baseado nas conversas com cada aluno

Tabela 2 - Resumo baseado nas conversas com cada aluno

CONVERSAS	DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS	RESPOSTAS PRODUZIDAS
Entrevista 1	Como você definiria justiça, democracia e direitos sociais?	<p>A entrevistada escolheu definição de justiça, começando a falar que começou a estudar devido sobre sofrer bullying no local de trabalho e no local que residia.</p> <p>- Desta forma, mencionou que no trabalho e na residência sofria muito bullying. Então começou a estudar para esclarecer sobre o que faziam com ela.</p> <p>- Sobre a justiça, ligou o fato de ir à delegacia e não ter tido condição de mover um processo mencionando, sentir-se como uma pessoa que após caluniada, ainda é arrastada como pano no chão, sentindo-se na vida arrasada e isto não é justiça e sim injustiça, pois mesmo tendo, vários boletins de ocorrência (B.O) por não saber o nome da pessoa que praticava tais agressões (bullying) nada pode ser feito passando assim esta sensação de injustiça.</p> <p>- Sofreu bullying e voltou a estudar para poder conhecer justiça, tendo em vista que sofreu muito Bullying no trabalho e na residência. Conta que não sabe o nome da vizinha, motivo pelo qual acredita que não teve o encaminhamento do processo para o fórum.</p> <p>Quanto a definição de justiça disse que não entende a justiça, acredita que por ser sozinha no Espírito Santo, pois é do Rio de Janeiro e não tem ninguém, no ES. Ainda que foi na delegacia, mas, queria que falasse o nome dos que a ofenderam e sem o nome não poderiam fazer nada. Foi no MP e também não resolveu o caso.</p>
Entrevista 2	Você defende que o Estado deva garantir direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.?	<p>A entrevistada escolheu falar de segurança fazendo referência a questão da violência:</p> <p>- A questão de ter muito assalto e não ser resolvido, ou seja, a vítima fica no prejuízo.</p> <p>- A questão de reconhecimento facial. Foi colocada a situação do reconhecimento facial pelas câmeras de reconhecimento da Guarda Municipal de Vila Velha e Vitória, mencionando a questão de possível injustiça por erro do Sistema possibilitado gerar injustiças como caso de levar inocentes presos por anos no RJ.</p> <p>Quanto as percepções dos entrevistados nas questões de justiça, se acha o Brasil um país justo, se tem desigualdades, se tem projetos sociais, se compreende participação política, se acompanha ou participa de grupos políticos, se acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo e se confia nas pesquisas eleitorais.</p> <p>Referente a questão política: - A questão de que a política está inserida no apoio a escola que o Presidente da República deveria olhar mais para o seu povo. Exemplo, é a lei de não mostrar o rosto das pessoas.</p>

Entrevista 3	Você defende que o Estado deva garantir direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.?	A entrevistada escolheu falar de segurança fazendo referência a questão da violência. A questão da insegurança nas ruas é frequente. Pois os assaltos nas ruas são corriqueiros, gerando a sensação de total abandono.
Entrevista 4	Qual a sua percepção a respeito de democracia e de direitos sociais?	Referente a questão da Democracia : - Poder de escolher em quem votar. Quanto as percepções dos entrevistados nas questões de justiça, se acha o Brasil um país justo, se tem desigualdades, se tem projetos sociais, como compreende participação política, se acompanha ou participa de grupos políticos, se acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo e se confia nas pesquisas eleitorais . - Ao questionar o voto em branco foi informado que não vota para não confiara em nenhum político. Importância e objetivos do ingresso nas aulas da EJA ; Referente a questão de porquê de voltar a estudar - - Informaram que tudo está ligado a sobrevivência. - Para arrumar um emprego, ou para tirar uma carteira de motorista é necessário ter estudo.
Entrevista 5	Que importância você atribui às aulas da ELA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas?	Importância e objetivos do ingresso nas aulas da EJA; Referente a questão de porquê de voltar a estudar - Concorda com o sentido de que estudo é questão de sobrevivência. Acrescentou que: - A questão das máquinas no campo, tiram o trabalho braçal obrigando a ter estudo para poder manusear as máquinas. Importância e objetivos do ingresso nas aulas da EJA e a respeito da continuidade dos estudos ? - Que o objetivo era fazer uma faculdade de Manusear Máquina e ingressar no mercado de trabalho Você se identifica mais com o aspecto político da direita ou esquerda ; porque Escolheu falar sobre Partidos Políticos falou que o governo do PT facilitava o ensino e que quanto a política a Era Lula foi a melhor. - Que o pobre no Nordeste podia ir fazer faculdade de graça e assim ter uma ascensão melhor. Importância e objetivos do ingresso nas aulas da EJA O entrevistado disse que quanto a objetivos que gostaria de fazer Direito e ser advogado.
Entrevista 6	Que importância você atribui às aulas da ELA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas?	A entrevistada narrou que a respeito da continuidade dos estudos , não tinha mais tempo de fazer faculdade e que quando nova, os pais não deixaram ela estudar, porque o colégio era longe e depois que casou o marido também não deixava estudar. Assim criou os filhos e cuidou dos netos e da mãe que tinha Alzheimer. Finalmente encontrou a UmeF e iniciou o EJA.
Entrevista 7	Que importância você atribui às aulas da ELA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas?	O entrevistado informou que ninguém tinha lhe encaminhado e que retornou a estudar porque é importante vindo sozinho para o colégio.

Entrevista 8	Quando se fala em desigualdade, qual é a primeira coisa que aparece para você: desigualdade de renda, de acesso, de raça, gênero, sexualidade, etc.?	<p>O entrevistado iniciou sua fala pela questão da desigualdade de renda exemplificando a renda de motorista entre homem e mulher, tendo sido mencionado pelo entrevistado ainda que isto era muito errado tendo em vista a mulher trabalhar muito mais que o homem quando posto no mesmo serviço. Também mencionou que ainda que a mulher trabalha mais, não há uma igualdade na distribuição de renda.</p> <p>Nesta oportunidade fui surpreendido pela fala de uma professora da EJA chamada XYZ (nome fictício), que opinou:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As questões de rico e pobre, pode ser exemplificada como quando o pobre necessita de cuidar da saúde tem que ir a um posto de saúde enquanto o rico tem a teu dispor o atendimento em hospitais de ponta como o Hospital de Saturno I (nome fictício) em Vila Velha. - Acrescentou ainda que político tem que ter política pública e saber distribuir a renda, como a questão dos uniformes e da bolsa estudo que foi paga a partir do dia da entrevista, porém foi levantado que para os professores não estava sendo bom, devido os salários estarem defasados. <p>Quanto as percepções dos entrevistados nas questões de justiça, se acha o Brasil um país justo, se tem desigualdades, se tem projetos sociais, como compreende participação política, se acompanha ou participa de grupos políticos, se acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo e se confia nas pesquisas eleitorais. Os entrevistados preferiram falar sobre projetos de política pública, dizendo que os projetos nas Escolas Estaduais sob o Governo de Estado de Renato Casagrande (Casagrande) e nos municípios com o prefeito Arnaldo Borgo Filho (Arnaldinho Borgo), estão sendo distribuídos em forma de uniformes e refeições e que a política é importante para o bem-estar do povo principalmente os pobres, mas os salários dos professores estão sendo esquecidos.</p>
Entrevista 9	Você repetiu de ano e/ou precisou abandonar os estudos?	<p>respondeu que estava fazendo a EJA para reparar o tempo escolar. Arrestou que voltou a estudar a tarde, e que o motivo de ter parado de estudar foi a violência em seu bairro.</p> <p>Quando indagado sobre o local onde mora. O entrevistado mencionou que é um local muito violento e que era o motivo do atraso escolar, pois, deixou de frequentar a escola devido o pai não deixar sair de casa para ir à escola. Que agora terá que completar o estudo com o horário da tarde.</p> <p>Mencionou diante da percepção de Segurança Pública que morava em Mercúrio (nome fictício), um bairro violento e por este motivo os pais não o deixavam sair e assim ficava sem o direito à liberdade por causa da insegurança quanto a partido políticos e democracia disse que não se interessa.</p>

Entrevista 10	Na pandemia, você teve dificuldade de lidar com as tecnologias ou plataformas digitais?	<p>Respondeu que estudou online e que fazia a 8ª série de manhã e pretende estudar de tarde e à noite</p> <p>Qual a sua percepção a respeito de democracia e direitos sociais?</p> <p>Mencionou sobre a percepção a cidadania ser o direito de se expressar de falar livremente e que não entende sobre partidos, quanto ao que prejudicou na pandemia nada disse.</p> <p>Foi colocado para um grupo de 3 jovens a pergunta e todos os três falaram que o que levou a estudar a noite foi reparar o tempo perdido.</p> <p>Quanto a garantia de direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.</p> <p>Mencionou que quanto a violência: de 2014 em diante aumentou a violência.</p> <p>Quanto a cidadania entende que tem direitos, como direito de votar, tem direito a alguma coisa.</p> <p>Questionado se a pandemia teve dificuldade de lidar com as tecnologias ou plataformas digitais respondeu que não sabe acessar plataformas digitais, mas, na Pandemia estudou online.</p> <p>Questionado se repetiu de ano e/ou precisou abandonar os estudos respondeu que estava fazendo a 8ª série e adiantou para fazer o ensino médio e adiantar estudando a tarde.</p>
Entrevista 11	Você defende que o Estado deva garantir direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.?	Informou que não tem conhecimento de colegas que viveram violência ou situação de risco que levou a estudar a noite.
Entrevista 12	Você defende que o Estado deva garantir direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.?	Respondeu que não tem conhecimento de nenhum projeto para prevenir ou ajudar os adolescentes quanto a violência causando evasão escolar.
Entrevista 13	<p>Você defende que o Estado deva garantir direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.?</p> <p>Como você definiria justiça, democracia e direitos sociais?</p> <p>Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?</p> <p>Questionado quanto ao local e tempo de trabalho e estudo diário, um (01)</p>	<p>Respondeu que a segurança dentro da escola é tranquila, tem porteiro.</p> <p>Respondeu que não entende nada de democracia, mas disse que entende que Hitler era uma forma de ditadura.</p> <p>Respondeu que quanto ao voto que deve continuar as urnas eletrônicas.</p> <p>Respondeu que trabalhou como lavador de carros (lava jato); o segundo rapaz que trabalhou em Autopeças e uma moça trabalhou em estamperia.</p>
Entrevista 14	<p>Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?</p> <p>Perguntado se tinha perdido algum documento.</p>	Respondeu que recebeu uniforme e material durante a pandemia, mais não usou perguntado o porquê? Respondeu que não usa uniforme fornecido para o EJA porque “espanta a moda” termo usado por jovem para dizer que não se identifica com a roupa (uniforme). Que o Brasil não é um país justo por ser muito burocrático , foi disse que não, nunca precisou de órgão público.

Entrevista 15	<p>O que costuma fazer no seu tempo livre? Qual a importância da EJA em sua trajetória? Questionado sobre objetivos na continuidade após as aulas da EJA? Você repetiu de ano e/ou precisou abandonar os estudos?</p>	<p>Respondeu que tem paixão por futebol e que torce para um time paulista, e que a paixão por futebol é semelhante a paixão por política, por ser paulista, adentrou-se essa questão de futebol para iniciar a conversa. Respondeu que a importância do EJA se dá devido a reparação do tempo escolar perdido. Respondeu que não tem intenção de fazer faculdade e não sabe o que vai fazer quando terminar o ensino médio. Informou que teve uma reprovação quando estava na 7ª série e que está fazendo novamente a 7ª série no EJA.</p>
Entrevista 16	<p>Questionado sobre a questão CIDADANIA, direitos políticos e quantos partidos políticos?</p>	<p>Respondeu que não conhece nenhum partido e que não sabe o que é cidadania.</p>
Entrevista 17	<p>Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais? Como você define políticos de esquerda e de direita? Quando se fala em desigualdade, qual é a primeira coisa que aparece para você: desigualdade de renda, de acesso, de raça, gênero, sexualidade, etc.? Questionado quanto a importância e objetivos do ingresso nas aulas da EJA?</p>	<p>Respondeu achar que o Brasil não é um país justo, e que na África seria um exemplo. Foi explicado que a África era grande produtora de grandes Minérios como ouro e diamantes, mas que tem uma má distribuição de renda, onde poucos tem muito e muito nada tem. Respondeu que sabe que Lula era da esquerda. Informou que pensa seria racismo julgar as pessoas por causa da cor, ou julgar o indivíduo quanto ao aspecto físico entre outros. Que Bullying é uma forma de difamar as pessoas, e que não conhece ninguém que tenha sofrido Bullying. Respondeu que quanto a continuidade de estudo mencionou que não tem intenção de continuar.</p>
Entrevista 18	<p>Que importância você atribui às aulas da ELA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas? Como você define políticos de esquerda e de direita? Questionado se acredita que um condenado pode ser ressocializado? Questionado quanto aos dados pessoais como características dos participantes quanto ao sexo, idade, raça/etnia? Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?</p>	<p>Respondeu que o que o fez retornar aos estudos ingressando na EJA foi o fato de que há mais de 20 anos havia parado de estudar. Respondeu que nada entende de direitos políticos e nem partidos políticos, mas reconhece ser o Presidente de direita e o Ex-Presidente LULA de esquerda. Respondeu que não acreditar na ressocialização tendo em vista acreditar que o condenado sempre repete o erro, portanto não acredita na ressocialização. Respondeu que se auto declara negro e que tem 56 anos de idade. Respondeu que quanto a definição de Justiça não soube precisar, mas falou que é um direito como uma cobrança indevida da EDP, que acha que o Brasil é um país justo e que não pretende fazer faculdade por não ter mais idade.</p>
Entrevista 19	<p>Você repetiu de ano e/ou precisou abandonar os estudos? Questionado se os pais haviam estudado até que série e em que trabalhava atualmente? Você gostava/gosta das aulas na plataforma ou presenciais? Por que?</p>	<p>Respondeu que seus pais haviam estudado e que sua mãe tinha feito medicina e que após trabalhar os primeiros meses desistiu e que atualmente trabalha com vendas de roupas. Respondeu que apesar de quase não vir na escola consegue acompanhar o EJA e deseja apenas passar e se formar e que não vai mais continuar os estudos.</p>

Entrevista 20	<p>Questionado quanto a dados pessoais como características dos participantes quanto ao sexo, idade, raça/etnia; e das características dos participantes quanto ao local e tempo de trabalho e estudo diário</p> <p>Como você definiria justiça, democracia e direitos sociais?</p> <p>Questionado sobre qual a importância da EJA em suas trajetórias?</p> <p>Como você define políticos de esquerda e de direita?</p> <p>Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?</p> <p>Questionado sobre o que é democracia? Informou que não sabia responder o que é cidadania</p> <p>Questionado quanto a dados pessoais como características dos participantes quanto ao sexo, idade, raça/etnia;</p>	<p>Respondeu que justiça é o fato de ter um direito. E que tem filhos, e que não cuida do pai ou mãe.</p> <p>Respondeu que o estudo deve fazer justiça exemplificando o direito do estudo como no caso do EJA.</p> <p>Respondeu que acha ser o Presidente Bolsonaro como um presidente de direita e que não conhece nenhum projeto do Lula ou da E Presidente Dilma.</p> <p>Questionado quanto as percepções dos entrevistados nas questões de justiça, se acha o Brasil um país justo, se tem desigualdades, se tem projetos sociais, como compreende participação política, se acompanha ou participa de grupos políticos, se acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo e se confia nas pesquisas eleitorais.</p> <p>Respondeu que quanto ao voto que iria votar nulo, pois ninguém está merecendo o voto.</p> <p>Respondeu que se declarou pardo na certidão de nascimento, mas negro por reconhecimento.</p> <p>Mencionado se moram perto da escola? Todos responderam que moram nas imediações da escola.</p>
Entrevista 21	<p>Questionado quanto as características dos participantes quanto ao local e tempo de trabalho e estudo diário?</p> <p>Você gostava/gosta das aulas na plataforma ou presenciais? Por que?</p>	<p>Respondeu que não tinha noção de que série o pai tinha parado de estudar, que tinha trabalhado de lava jato e que tem vontade de continuar os estudos.</p> <p>Respondeu que quanto ao estudo à distância, que não teve aula no EJA, e que não pode falar.</p>
Entrevista 22	<p>Que importância você atribui às aulas da ELA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas?</p> <p>Questionado sobre dados pessoais como características dos participantes quanto ao sexo, idade, raça/etnia?</p> <p>Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?</p> <p>Como você definiria justiça, democracia e direitos sociais?</p>	<p>Respondeu quando começamos a conversar sobre a situação de atuação de advogados e mencionou que pretende fazer uma faculdade de Direito ou Medicina.</p> <p>E que quanto ao que o trouxe ao EJA mencionou que gosta de estudar, quando teve o período de pandemia não estudou só pegava a atividade e após fazer devolvia na escola.</p> <p>Respondeu que se auto declara brando.</p> <p>Declarou que não, o Brasil não é um país justo e quanto a igualdade salarial que as mulheres deviam receber igual, se realizar o mesmo trabalho.</p> <p>Quanto as pesquisas eleitorais, não confia e quem pode falar se os dados são corretos?</p> <p>Que tem um amigo que estuda para ser juiz.</p> <p>Respondeu que não sabe mencionar sobre cidadania, e que quanto a democracia, mencionou que o Brasil é um país democrático, mais que tem 2 conceitos diferentes de democracia, porém não soube diferenciar.</p> <p>E que quanto a justiça disse não existir, pois na agressão a uma mulher é permitido a medida protetiva e logo em seguida é posto em liberdade.</p> <p>Respondeu que quanto a prisão, ele teve um amigo que chorava quando o filho ia visitar no presídio e isto levou a um pensamento de arrependimento, portanto ele acredita na ressocialização por ter presenciado a situação desse amigo.</p>

APÊNDICE III

Transcrição das entrevistas

Tabela 3 – Transcrição baseado nas conversas com cada aluno

CONVERSAS	DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS	RESPOSTAS PRODUZIDAS
Entrevista 1	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Feminino, Preta.
	O que costuma fazer no seu tempo livre?	Sou costureira, faço costuras em casa.
	Como você definiria justiça, democracia e direitos sociais?	Sofri bullying no local de trabalho e no local que residia. - No trabalho e na residência sofria muito bullying. Então comecei a estudar para esclarecer sobre o que faziam comigo - Sobre a justiça, fui a delegacia e não tive condição de mover um processo senti como uma pessoa que após caluniada, ainda é arrasada como pano no chão, senti a vida arrasada e isto não é justiça e sim injustiça, pois mesmo tendo, vários boletins de ocorrência (B.O) por não saber o nome da pessoa que praticava tais agressões (bullying) nada pode ser feito passando assim esta sensação de injustiça - Sofri bullying quando voltei a estudar para poder conhecer justiça, tendo em vista que sofri muito Bullying no trabalho e na residência. Não sei o nome da vizinha, motivo pelo qual acredito que não teve o encaminhamento do processo para o fórum. Não entendo a justiça, acredito que por ser sozinha no Espírito Santo, pois sou do Rio de Janeiro e não tenho ninguém, no ES. Ainda que fui na delegacia, mas, queriam que falasse o nome dos que ofendiam e sem o nome não poderiam fazer nada. Fui no MP e também não resolveu o caso.
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.
Entrevista 2	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Feminino.
	Onde você mora?	No Divino
	Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?	Acho que o Presidente da República deveria olhar mais para o seu povo. Exemplo, é a lei de não mostrar o rosto das pessoas.
	Você defende que o Estado deva garantir direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.?	Sim, a segurança por ter muito assalto e não ser resolvido, ou seja, a vítima fica no prejuízo. Na educação a questão é que a política está inserida no apoio a escola.
	Demais categorias perguntadas?	Não informado
Entrevista 3	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Feminino
	Você defende que o Estado deva garantir direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.?	Sim, insegurança nas ruas é frequente. Pois os assaltos nas ruas são corriqueiros, gerando a sensação de total abandono
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.

Entrevista 4	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Masculino
	Como você definiria justiça, democracia e direitos sociais?	Democracia é poder escolher em quem votar. Eu não voto por não confiar em nenhum político. Voltei a estudar por questão de sobrevivência. Porque para arrumar um emprego ou tirar uma carteira de motorista é necessário ter estudo.
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.
Entrevista 5	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Masculino
	Que importância você atribui às aulas da EJA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas?	Estudo é questão de sobrevivência.
	Qual a sua percepção a respeito de democracia e de direitos sociais?	- O pobre no Nordeste podia ir fazer faculdade de graça e assim ter uma ascensão melhor. - Meu objetivo é fazer uma faculdade de Manusear Máquina e ingressar no mercado de trabalho
	Quando se fala em desigualdade, qual é a primeira coisa que aparece para você: desigualdade de renda, de acesso, de raça, gênero, sexualidade, etc.?	A questão das máquinas no campo, tiram o trabalho braçal obrigando a ter estudo para poder manusear as máquinas. O governo do PT facilitava o ensino e quanto a política a Era Lula foi a melhor.
	Que importância você atribui às aulas da ELA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas?	Gostaria de fazer Direito e ser advogado.
Demais categorias perguntadas?	Não informado.	
Entrevista 6	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Feminino, branca.
	Que importância você atribui às aulas da ELA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas?	Não tenho mais tempo de fazer faculdade e que quando nova, os meus pais não deixaram eu estudar, porque o colégio era longe e depois que casei meu marido também não deixava eu estudar. Assim criei filhos e cuidei dos netos e de minha mãe que tinha Alzheimer. Finalmente quando encontrei a Umef eu iniciei o EJA.
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.
Entrevista 7	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Masculino, branco
	Que importância você atribui às aulas da ELA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas?	Eu vim sozinho, ninguém me trouxe eu retornei porque estudar é importante.
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.

Entrevista 8	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Masculino
	Quando se fala em desigualdade, qual é a primeira coisa que aparece para você: desigualdade de renda, de acesso, de raça, gênero, sexualidade, etc.?	Isto é muito errado tendo em vista a mulher trabalhar muito mais que o homem quando posto no mesmo serviço. Também mencionou que ainda que a mulher trabalha mais, não há uma igualdade na distribuição de renda.
	Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?	Os projetos nas Escolas Estaduais sob o Governo de Estado de Renato Casagrande (Casagrande) e nos municípios com o prefeito Arnaldo Borgo Filho (Arnaldinho Borgo), estão sendo distribuídos em forma de uniformes e refeições e que a política é importante para o bem-estar do povo principalmente os pobres, mas os salários dos professores estão sendo esquecidos.
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.
Entrevista 9	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Masculino,
	Que importância você atribui às aulas da EJA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas?	Faço o EJA para reparar o tempo de escolar. Para voltar a estudar a tarde.
	Como você define políticos de esquerda e de direita?	Quanto a partido políticos não me interessa e nem quanto a democracia.
	Você repetiu de ano e/ou precisou abandonar os estudos?	Vou voltar a estudar a tarde, deixei os estudos porque morava no Divino Espírito Santo um bairro que era muito violento e por este motivo meus pais não deixavam sair por causa da insegurança
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.
Entrevista 10	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Masculino
	Questionado sobre a questão CIDADANIA, direitos políticos e quantos partidos políticos?	É o direito a alguma coisa, por exemplo é o direito de exercer a cidadania com o voto. De se expressar de falar livremente, não entendo sobre partidos.
	Na pandemia, você teve dificuldade de lidar com as tecnologias ou plataformas digitais?	Estudei online é que fazia a 8ª série de manhã e pretende estudar de tarde e a noite.
	Questionado quanto a importância e objetivos do ingresso nas aulas da EJA?	O que me levou a estudar a noite foi reparar o tempo perdido.
	Você defende que o Estado deva garantir direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.?	Quanto a violência de 2014 em diante aumentou a violência.
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.
Entrevista 11	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Feminino
	Você defende que o Estado deva garantir direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.?	Não tenho conhecimento de nenhum dos colegas que viveram violência ou situação de risco que levou eles a estudar a noite.
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.

Entrevista 12	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Feminino
	Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?	Não tem conhecimento de nenhum projeto para prevenir ou ajudar os adolescentes quanto a violência que causa evasão escolar.
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.
Entrevista 13	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Feminino
	Você defende que o Estado deva garantir direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.?	A segurança dentro da escola é tranquila, tem porteiro.
	Como você definiria justiça, democracia e direitos sociais?	É que não entendo nada de democracia, mas entendo que Hitler era uma forma de ditadura.
	Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?	Acho que deve continuar as urnas eletrônicas. trabalhou como lavador em Auto-Peças, e que Emily trabalhou em estamperia.
	Questionado quanto ao local e tempo de trabalho e estudo diário, um (01)	Trabalhei em estamperia.
Demais categorias perguntadas?	Não informado.	
Entrevista 14	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Masculino
	Você defende que o Estado deva garantir direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.?	Recebi durante a pandemia material como uniforme, mas não uso e que uniforme fornecido para o EJA “espanta a moda” quer dizer que não se identifica com a roupa.
	Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?	O Brasil não é um país justo por ser muito burocrático
	Você já perdeu algum documento, e necessitou de órgão público para retirar segunda via?	não, nunca perdi e nem precisei de órgão público.
Demais categorias perguntadas?	Não informado.	
Entrevista 15	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Masculino
	Que importância você atribui às aulas da ELA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas?	O avanço no atraso, mas. não tenho intenção de fazer faculdade e não sei o que vou fazer quando terminar o ensino médio.
	Você repetiu de ano e/ou precisou abandonar os estudos?	Sim eu reprovei quando estava na 7ª série e que estou fazendo novamente a 7ª série na EJA.
	O que costuma fazer no seu tempo livre?	Gosto de futebol tenho paixão por futebol por ser palmeirense.
Demais categorias perguntadas?	Não informado.	

Entrevista 16	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Masculino
	Questionado sobre a questão CIDADANIA, direitos políticos e quantos partidos políticos?	São direitos políticos. Mas, não conheço nenhum partido e não sei o que é cidadania.
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.
Entrevista 17	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Feminino.
	Que importância você atribui às aulas da ELA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas?	Não pretendo dar continuidade nos estudos
	Quando se fala em desigualdade, qual é a primeira coisa que aparece para você: desigualdade de renda, de acesso, de raça, gênero, sexualidade, etc.?	Racismo é julgar por causa da cor Julgar o indivíduo quanto ao aspecto físico entre outros. São várias coisas fobia também, Bullying uma forma de difamar as pessoas, e que não conhece ninguém que tenha sofrido Bullying.
	Como você define políticos de esquerda e de direita?	Lula era da esquerda o Brasil não é um país justo, a África é um exemplo.
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.
Entrevista 18	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Masculino, negro, tenho 56 anos de idade.
	Que importância você atribui às aulas da EJA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas?	O que me trouxe ao EJA foi a vontade de vir para escola pois há mais de 20 anos havia parado de estudar,
	Você defende que o Estado deva garantir direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.?	Nada entendo de direitos políticos e nem partidos políticos, mas reconheço ser o Presidente de direito e o Ex Presidente de esquerda. Não acredito na ressocialização acredito que o condenado sempre repete o erro.
	Como você definiria justiça, democracia e direitos sociais?	Definição de Justiça eu não sei precisar, mas acho que é um direito como uma cobrança indevida da EDP, que acha que o Brasil é um país justo e que não pretende fazer faculdade por não ter mais idade
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.

Entrevista 19	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Masculino, branco.
	Você repetiu de ano e/ou precisou abandonar os estudos?	Fiquei 3 anos sem estudar após ficar matando aula no diurno fiquei reprovado por faltas e bagunça e me revoltei ficando 3 anos sem estudar.
	Questionado se os pais haviam estudado até que série e em que trabalhava atualmente?	Meus pais estudaram e minha mãe fez medicina, mas após trabalhar os primeiros meses desistiu. Atualmente trabalha com vendas de roupas.
	Você gostava/gosta das aulas na plataforma ou presenciais? Por que?	Quanto a estudar por plataformas online não sei.
	Características dos participantes quanto ao local e tempo de trabalho e estudo diário	Eu tenho 2 irmãos fico com eles.
	Que importância você atribui às aulas da ELA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas?	Apesar de quase não vir na escola consigo acompanhar a EJA e desejo apenas passar me formar, e não vou mais continuar os estudos.
	Onde você mora?	moro nas imediações da escola.
	Você sabe se, no período da pandemia, houve alguma capacitação para acesso dos alunos da EJA (incluindo acesso as plataformas online, chats para discussão das temáticas disciplinares)?	Não informado.
	Na pandemia, você teve dificuldade de lidar com as tecnologias ou plataformas digitais?	Eu acho que o estudo na plataforma é melhor.
	Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?	Vou votar nulo, pois ninguém está merecendo meu voto.
	Qual a sua percepção a respeito de democracia e de direitos sociais?	Quanto a cidadania não sei responder,
	Como você definiria justiça, democracia e direitos sociais?	Tenho um filho, não cuida de meu pai ou de minha mãe e o que entendo por justiça, é o fato de um direito, o estudo deve fazer justiça exemplificando o direito do estudo como no caso da EJA.
	Como você define políticos de esquerda e de direita?	O Presidente Bolsonaro é um presidente de direita, não conheço nenhum projeto do Lula ou da Ex Presidente Dilma.
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.

Entrevista 20	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Masculino, me declaro pardo na certidão de nascimento, mas negro por reconhecimento.
	Onde você mora?	Moro nas imediações da escola.
	Como você define políticos de esquerda e de direita?	O Presidente Bolsonaro é um presidente de direita e o Ex-Presidente Lula e a Ex- Presidente Dilma de esquerda.
	Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?	Quanto ao voto irei votar nulo, pois ninguém está merecendo meu voto.
	Na pandemia, você teve dificuldade de lidar com as tecnologias ou plataformas digitais?	Sim, tive dificuldade para acessar as atividades. Sim pedi ajuda na escola.
	Como você definiria justiça, democracia e direitos sociais?	Justiça é o fato de ter um direito. Não tenho filhos, e não cuido do meu pai ou de minha mãe. Silêncio. (fala baixo). A polícia não é justa, mas não é que ela não é justa, depende, ela faz acepção de pessoas, quando já (falou baixo) te para (fala baixo). É possível o cidadão ressocializar.
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.

Entrevista 21	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Masculino.
	Questionado se os pais haviam estudado até que série e em que trabalhava atualmente?	Respondeu que não tinha noção de que série o pai tinha parado de estudar e que tem vontade de continuar os estudos.
	Você gostava/gosta das aulas na plataforma ou presenciais? Por que?	Quanto ao estudo à distância, não tive aula na EJA, na pandemia não sei falar.
	Que importância você atribui às aulas da ELA? Quais são seus objetivos com o ingresso nessas?	Pretendo fazer direito e ser um delegado, mas tenho que nascer de novo, tenho 61 anos depois de 100 anos eu consigo.
	Onde você mora?	Eu vim do interior de Marechal Floriano, Parajú. Fui criado sem pai e sem mãe.
	Você sabe se, no período da pandemia, houve alguma capacitação para acesso dos alunos da EJA (incluindo acesso as plataformas online, chats para discussão das temáticas disciplinares)?	Não sei, estou sem estudar desde 1973.
	Na pandemia, você teve dificuldade de lidar com as tecnologias ou plataformas digitais?	Tenho celular e tenho aplicativos, mas quem está na EJA não tem habilidade com tecnologia eu presencial é o ideal. Tentei a EAD, mais não sabia tive que aprender, e vim fazer a prova. Fala baixinho...
	Você repetiu de ano e/ou precisou abandonar os estudos?	Estudei 4 anos, passei para o quinto ano e parei porque tinha que trabalhar. Quem não trabalhava não comia, hoje está fácil.
	Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?	As pesquisas eleitorais: Tem que confiar 95% pra mais e 5% pra menos, tem que confiar. O Brasil não é um País justo, porque tem muita desigualdade social eu acho que o País não deve ser desigual.
	O que costuma fazer no seu tempo livre?	Sou aposentado
	Você gostava/gosta das aulas na plataforma ou presenciais? Por que?	Eu presencial
	Como acha que devem ser as aulas na EJA?	Presencial
	Qual a sua percepção a respeito de democracia e de direitos sociais?	Política neh?
	Quando se fala em desigualdade, qual é a primeira coisa que aparece para você: desigualdade de renda, de acesso, de raça, gênero, sexualidade, etc.?	Desigualdade uns ter muito outros ter pouco e quase nenhum reparte com o próximo.
	Como você definiria justiça, democracia e direitos sociais?	Cidadania, exercer o direito de cidadão. Justiça fala baixinho... São placas passa na televisão o cara com 22 passagens, roubou o carro do cara já roubou, já matou, na primeira ou na segunda já identifica ele. Acredito na ressocialização errar é humano, neh? Permanecer no erro é burrice.
	Demais categorias perguntadas?	Não informado.

Entrevista 22	Características dos participantes quanto ao sexo, raça/etnia	Masculino, preto.
	Características dos participantes quanto ao local e tempo de trabalho e estudo diário	Trabalho com lava jato. Tem um filho.
	Você sabe se, no período da pandemia, houve alguma capacitação para acesso dos alunos da EJA (incluindo acesso as plataformas online, chats para discussão das temáticas disciplinares)?	Teve entrega de um chip para acesso a internet e até pouco tempo ainda tinha e foi roubado dentro de casa. Fiquei o ano todo dava crédito dentro de casa. Jogava e tudo mais jogo online.
	Na pandemia, você teve dificuldade de lidar com as tecnologias ou plataformas digitais?	Não. Recebi um chip com crédito de internet que durou o ano todo. Tinha até jogo online, mas fui roubado dentro de casa.
	Você repetiu de ano e/ou precisou abandonar os estudos?	Reprovei quatro anos.
	Você acha o Brasil um país justo? Ele tem desigualdades? Ele tem projetos sociais? Como você compreende a questão da participação política? Você acompanha ou participa de grupos políticos? Você acredita que o voto deva ser obrigatório ou facultativo? Você confia nas pesquisas eleitorais?	Forma de pagamento essas coisas? Quanto ao salário mínimo deveria receber mais você vai ao mercado e compra 3 pacote de arroz pronto acabou o dinheiro. Risos. O Brasil não é justo. Não! se eu tivesse oportunidade de morar com o meu tio perdeu... o Brasil é um país oportunista. Porque porque Vamos fazer assim o governo o governo em vez de dar ele tira então para mim é oportunidade para eles porque para nós perdeu só vê a pessoa deles em vez de botar ele tira. Prego prego prego. Tem que botar uma pessoa que cresceu no sofrimento, sabe o que é sofrer mesmo? Passar dificuldade um governo que sofreu o Lula foi um dos que mais ajudou a comprar alguma coisa ... (baixinho)
	Qual a sua percepção a respeito de democracia e de direitos sociais?	Aí você me pegou que é democracia?
	Você defende que o Estado deva garantir direitos sociais como saúde, educação, previdência, segurança, etc.?	Saúde e educação. Tirar o presidente do Gueto, lá do meio da África e colocar na presidência.
	Quando se fala em desigualdade, qual é a primeira coisa que aparece para você: desigualdade de renda, de acesso, de raça, gênero, sexualidade, etc.?	Desigualdade para mim é a pessoa ter uma condição melhor que a outra e ficar debochando é ser desigual. porque para mim a pessoa pode ser rica ou pobre eu trato do mesmo jeito.
	Como você definiria justiça, democracia e direitos sociais?	Democracia aí você me pegou. O que que é democracia? Justiça, Brasil é injusto. (risos) Brasil tinha que ser melhor um pouco.
	Como você define políticos de esquerda e de direita?	O Lula foi de esquerda, Lula, Dilma Bolsonaro é direita. (Baixinho) fala rápido.
Demais categorias perguntadas?	Não informado.	

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me permitido ser um simples sonhador entre os humildes e por ter me proporcionado a oportunidade ingressar no Mestrado Profissional em Segurança Pública. Agradeço ainda por me permitir ter uma família maravilhosa, que me ensinou valores, os quais levarei por toda a minha vida.

À minha estimada família: à minha saudosa esposa, Líder e companheira; às minhas filhas Lygia e Jeniffer Susan; Miguel Victor meu netinho e Claudia Geise, Ana Flavia e Samuel recém-chegados na família; aos meus irmãos Francisco, Maria Luiza e Mellina, meus leais companheiros que, com união e afeto, tornaram esta dissertação possível.

Agradeço a Professora Maria Riziane por ter feito parte de minha banca de qualificação, por ter passado co-orientações que me deram o suporte necessário para chegar até o final, por ter ajudado a fazer este trabalho acontecer e, principalmente, por ter me mostrado que era possível, mesmo quando eu pensei que não daria conta. Professora Rizi, muito obrigado!

Agradeço aos professores Marcos e Humberto, coordenadores do programa do mestrado, que sempre me ajudaram, durante todo percurso deste curso, e que fizeram parte de minha banca. Jamais esquecerei que, mesmo quando precisava viajar, o Professor Marcos me emprestou seu precioso tempo e conhecimento

Agradeço também ao Professor Edmar Thiengo que em minha banca de qualificação orientou com sugestões e orientações que mesmo sem me conhecer aceitou fazer parte da minha banca, fiquei imensamente grato e feliz.

Aos Docentes, do Mestrado da Segurança Pública, ao Professor Dr. Carlos (revisor) e, aos amigos, alunos e demais colaboradores do Programa.

Aos meus irmãos em Cristo, que oraram por mim e que, de bom grado, me incentivaram e me prestaram apoio e auxílio direto ou indiretamente para que o presente trabalho fosse realizado. Meus sinceros agradecimentos!

Por fim, ao meu orientador, o Professor e Doutor Pablo Ornelas Rosa, merecedor do meu prestígio e da minha admiração. Meus sinceros agradecimentos por aceitar a tarefa de orientar este trabalho e por estar ao meu lado, dando me apoio e acreditando na realização de mais um sonho, mesmo quando tudo parecia muito difícil.

Sobre o Autor

Roberto Clemente Botelho

Possui graduação em Direito pela Faculdade Novo Milênio(2015), especialização em Direito Penal pelo Damásio Educacional(2018), especialização em Direito Processual Penal pelo Damásio Educacional(2019) e especialização em Direito de Família e Sucessões pelo Damásio Educacional(2020). Direito e Processo Previdenciário (2022), Direito e Processo do Trabalho (2022), ex-membro da Comissão de Segurança Pública da OAB-ES, especialista pela Universidade Vila Velha em Ciências Penais e Segurança Pública e mestrando em Segurança Pública pela Universidade Vila Velha. Atualmente é Advogado do Botelho advocacia.

Índice Remissivo

A

abordagem 8, 9, 12, 13, 19, 36, 50, 53
adultos 2, 8, 12, 14, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 45, 46, 60, 63, 64
alfabetização 14, 16, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 59
aprendizagem 8, 9, 14, 18, 20, 32, 36, 39, 50, 51, 53, 60, 61

C

conhecimento 9, 16, 25, 32, 33, 36, 38, 41, 46, 57, 60, 69, 74, 75, 81
coronavírus 18, 48, 49

D

desenvolvimento 9, 12, 20, 26, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 41, 45, 50, 51
desigualdade 8, 9, 12, 14, 18, 19, 30, 40, 41, 42, 53, 64, 65, 68, 70, 73, 74, 76, 79, 80
digital 14, 15, 16, 59
direitos sociais 8, 9, 12, 14, 18, 19, 21, 53, 55, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80

E

educação 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 45, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 72, 74, 75, 76, 80
educação de adultos 12, 25, 26, 27, 28, 29
ensino 5, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 39, 44, 50, 51, 52, 53, 58, 59, 60, 61, 67, 69, 70, 73, 75
estudantes 2, 5, 8, 14, 15, 18, 19, 20, 23, 58, 61

G

global 8, 9, 14, 15, 18, 19, 20, 22, 33, 49, 52, 55, 60, 61, 63

H

história 11, 13, 14, 15, 28, 30, 31, 33, 34, 36, 39, 46, 49, 54, 64

J

jovens 2, 8, 14, 16, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 35, 45, 49, 53, 59, 60, 63, 64, 69
justiça 8, 9, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 21, 34, 40, 41, 42,

43, 44, 53, 54, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80

L

letramento 32

O

online 51, 55, 61, 65, 69, 74, 77, 79, 80

P

pandemia 2, 8, 9, 14, 15, 18, 19, 20, 22, 33, 48, 49, 52, 53, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 69, 71, 74, 75, 77, 78, 79, 80

pesquisa 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 30, 38, 48, 53, 54, 55, 56, 59, 60

políticas públicas 2, 8, 15, 31, 57, 61, 63

R

repetência 59

reprovação 21, 56, 59, 70

responsabilidade 5

S

sala de aula 11, 14, 15, 20, 21, 25, 35, 53, 54, 56, 58, 60

segurança 8, 9, 12, 14, 17, 18, 19, 20, 46, 47, 50, 53, 54, 55, 65, 66, 67, 69, 72, 74, 75, 76, 80

social 12, 13, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 31, 32, 33, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 49, 50, 79

sociedade 15, 26, 32, 36, 38, 41, 43, 45, 46, 47, 62

T

tecnológico 50, 51, 61

V

violência 8, 9, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 45, 46, 47, 53, 54, 57, 66, 67, 68, 69, 74, 75



AYA EDITORA
2023